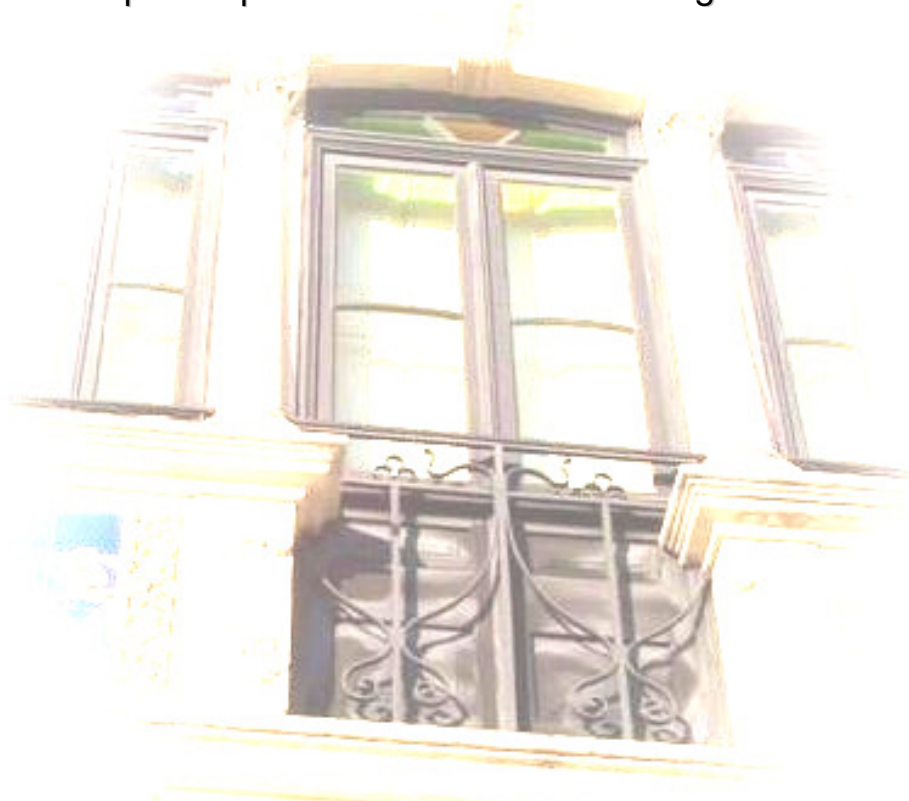




FACULDADE DE LETRAS  
UNIVERSIDADE DE COIMBRA

# ARQUITECTURAS MARCANTES DA REGIÃO DE AVEIRO NA VIRAGEM DO SÉCULO

Que futuro para o património construído da região de Aveiro?



Nélia Maria Martins de Almeida Oliveira

2011

# ARQUITECTURAS MARCANTES DA REGIÃO DE AVEIRO NA VIRAGEM DO SÉCULO

Que futuro para o património construído da região de Aveiro?

Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra  
Mestrado em Gestão e Programação do Património Cultural  
Orientação: Professor Doutor Raimundo Mendes da Silva  
Coimbra  
2011

NOTA: Tese de dissertação elaborada não seguindo o novo acordo ortográfico



## Resumo

A problemática do património edificado de valor monumental foi objecto de estudo e valorização durante largos anos. Nos finais do século XX, no distrito de Aveiro, surgem manifestações intelectuais no sentido de evidenciar o estilo Arte Nova, tão em voga e valorizado no estrangeiro. Na imprensa local e regional de Aveiro alertavam para o estado em que encontrava o património identificativo da memória colectiva da região, denunciando as demolições existentes sem prévio registo fotográfico e, acima de tudo, chamavam a atenção para sua defesa e preservação.

Os edifícios têm intrinsecamente uma história de vivência cultural que directa ou indirectamente influencia a história local. Com o objectivo da preservação e recuperação do património, juntam-se numa parceria vários saberes multidisciplinares de âmbito privado ou colectivo.

A identificação do património construído, a sua caracterização e análise mais profunda permite fornecer por um lado o panorama sobre as características da corrente Arte Nova da região, por outro lado o estado actual do património que é na sua maioria de origem particular. Neste sentido, o esforço institucional e o exercício de cidadania na divulgação de programas de acção que incluem as noções de património, preservação, salvaguarda, reutilização e revitalização são fulcrais para não deixar cair a memória identificativa de uma região que se apresenta muito próspera.

**PALAVRAS - CHAVE:** património construído, protecção, salvaguarda, cidadania, arte nova, beira litoral, Aveiro



## **Abstract**

The problem of monumental built heritage value has been the subject of study and appreciation for many years. In the late twentieth century, the district of Aveiro, there are intellectual manifestations in order to show the art nouveau style, so fashionable and valued abroad. In local and regional press it's been warned for the state of the identifying heritage of the collective memory of the region, denouncing the demolition without prior existing photographic record and above all, it's been called attention to its defense and preservation.

The buildings have an intrinsic history of cultural experience that directly or indirectly influences the local history. With the purpose of preservation and restoration of heritage, a private or collective multidisciplinary multi-agency partnership joined together.

The identification of the built heritage, its characterization and its deeper analysis allows on the one hand to provide an overview of the current characteristics of Art Nouveau in the region, on the other hand to provide the current state of the property which is mostly from an particular origin. In this sense, the institutional effort and the exercise of citizenship in the dissemination of programs which include the notions of heritage, preservation, protection, reuse and revitalization are central not to drop the identifying memory of a region that looks very prosperous.

**KEYWORDS:** built heritage, protection, safeguard, citizenship, Art Nouveau, coastal board, Aveiro



## **Dedicatória**

Aos meus príncipes

Afonso, Duarte e João

pelo tempo que lhes deveria ter dedicado.

Ao João.



## **Agradecimentos**

Um agradecimento ao meu orientador Professor Doutor Raimundo Silva a quem agradeço toda a disponibilidade e orientação prestada ao longo desta caminhada.

Um agradecimento especial ao Dr. Amaro Neves pelos conhecimentos e orientações fornecidas no âmbito da Arte Nova na região de Aveiro.

Ao Eng<sup>o</sup> António Laranjeira Pinho pela disponibilidade de informações e tempo que dedicou à pesquisa de informação pertinente.

Ao meu querido amigo Eng.<sup>o</sup> Jorge Daniel pelas horas intermináveis, que ficam para sempre, de apoio técnico e gráfico, sem ele este trabalho não teria chegado ao fim.

À Dr<sup>a</sup> Eva Soares pelo contributo dispendido numa altura tão delicada.

Um agradecimento especial à Arq<sup>a</sup> Maria Fernandes.

Um agradecimento, ainda, aos meus amigos, Sérgio Cardoso, Águeda, Lúcia Antão, Madalena Pinheiro; Carla Serôdio; Gabriel Marques, e outros que de alguma forma contribuíram para a obra.



## Índices

<b>1. Introdução</b>	<b>1</b>
1.1. Âmbito e conteúdo	1
1.2. Objectivos e metodologia	2
1.3. Estrutura	3
<b>2. Arte Nova – breve introdução</b>	<b>4</b>
2.1. Enquadramento geográfico e sua evolução histórico-cultural	4
2.2. Arte Nova em Portugal	8
<b>3. Arte Nova: sua expressão no distrito de Aveiro</b>	<b>23</b>
3.1. Generalidades	23
3.2. Recursos da expressão Arte Nova	23
3.2.1. Núcleos Arte Nova em Aveiro	34
3.2.1.1. Núcleo de Aveiro	38
3.2.1.2. Núcleo de Ílhavo	39
3.2.1.3. Núcleo de Espinho	41
3.2.1.4. Núcleo de Albergaria – a – Velha	42
3.2.1.5. Núcleo de Ovar	43
3.2.1.6. Núcleo de Estarreja	46
3.2.1.7. Núcleo da Bairrada	47
<b>4. Caso de Estudo – Vila Francelina</b>	<b>49</b>
4.1. Descrição do imóvel	49
4.2. Proposta de recuperação para Turismo de Habitação	52
4.3. Descrição actual	54
4.4. Comentário final	56
4.4.1. Aspectos exteriores da Vila Francelina	58
4.4.2. Aspectos interiores da Vila Francelina	61
<b>5. Património Cultural – meios e recursos para a protecção</b>	<b>67</b>
5.1. Introdução aos princípios legislativos	67
5.2. Associativismo em defesa do património	71
5.3. Inquérito	72
<b>6. Plano de aproximação aos proprietários</b>	<b>74</b>
6.1. Educação patrimonial	77
6.2. Considerações sobre o património construído na região de Aveiro	78



<b>7. Conclusão</b>	<b>80</b>
7.1. Síntese geral	80
7.2. Conclusões principais	81
7.3. Aspectos a desenvolver e trabalhos futuros	82
<b>8. Fontes e Bibliografia</b>	<b>83</b>
8.1. Fontes manuscritas	83
8.2. Obras de consulta	83
8.3. Publicações periódicas	87
8.4. Diplomas	87
8.5. Websites	88
8.6. Notas	88

## Índice de Figuras

Fig. 1 - Pormenores de painéis nominativos	25
Fig. 2 - Painéis alusivos à paisagem	25
Fig. 3 - Painéis alusivos à etnografia	25
Fig. 4 - Painéis publicitários e pormenor da cercadura	26
Fig. 5 - Painel alusivo á mitologia	26
Fig. 6 - Exemplos característicos de frisos azulejares	27
Fig. 7 - Características de diversos portões e postigos em ferro forjado	30
Fig. 8 - Vários exemplos de aplicação de ferro forjado	30
Fig. 9 - Características de aplicação de ferro forjado em varandas	31
Fig. 10 - Características de aplicação de ferro forjado em porta e bandeiras e varanda	31
Fig. 11 - Exemplos de aplicação de vitrais	32
Fig. 12 - Características da aplicação de cantaria	33
Fig. 13 - Características de cantaria lavrada	34
Fig. 14 - Placa identificativa dos imóveis integrados na colecção Arte Nova	36
Fig. 15 - Fachada da retaguarda do Museu Arte Nova	38
Fig. 16 - Vila Africana	40
Fig. 17 - Estado actual de conservação de exemplos de imóveis em Ílhavo	41
Fig. 18 - Palácio da Pena	41
Fig. 19 - Palacete Azul	42
Fig. 20 - Casa Amarela em Frossos	43
Fig. 21 - Miscelânea de azulejaria	44





Fig. 22 - Frontão da casa da R. Elias Garcia	45
Fig. 23 - Construção Art Déco em Sangalhos	48
Fig. 24 - Vila Francelina	49
Fig. 25 - Vários Alçados	58
Fig. 26 - Aspectos gerais de todas as fachadas da Vila Francelina	59
Fig. 27 - Pormenores da fachada principal - 1	59
Fig. 28 - Pormenores da fachada principal – 2	60
Fig. 29 - Acessos à propriedade	60
Fig. 30 - Átrio da casa	61
Fig. 31 - Pinturas dos espaços sociais - 1	62
Fig. 32 - Pinturas dos espaços sociais – 2	63
Fig. 33 - Aspecto dos corredores	63
Fig. 34 - Frisos das pinturas da sala e átrio	64
Fig. 35 - Pintura do tecto da sala de jantar	64
Fig. 36 - Aspectos da pintura dos tectos da Vila Francelina	65
Fig. 37 - Interiores da Vila Francelina	65
Fig. 38 - Interiores da cozinha	66

## Índice de Tabelas

Tabela 1 - Características dos imóveis nos Concelhos de Águeda e Albergaria – a – Velha	13
Tabela 2 - Características dos imóveis nos Concelhos de Albergaria – a – Velha, Anadia e Aveiro	14
Tabela 3 - Características dos imóveis no Concelho de Aveiro	15
Tabela 4 - Características dos imóveis no Concelho de Aveiro – 2	16
Tabela 5 - Características dos imóveis nos Concelhos de Aveiro e Espinho	17
Tabela 6 - Características dos imóveis nos Concelhos de Espinho e Estarreja	18
Tabela 7 - Características dos imóveis nos Concelhos de Estarreja e Ílhavo	19
Tabela 8 - Características dos imóveis no Concelho de Ílhavo	20
Tabela 9 - Características dos imóveis nos Concelhos de Ílhavo, Murtosa, Oliveira de Azeméis e Ovar	21
Tabela 10 - Características dos imóveis nos Concelhos de Ovar e Vale de Cambra	22
Tabela 11 - Mapa de identificação dos imóveis referentes ao levantamento	79
Tabela 12 - Mapa da caracterização do património edificado	79



---

## Índice de Gráficos

Gráfico 1 - Gráfico quantitativo da distribuição de imóveis de pendor Arte Nova _____	37
Gráfico 2 - Gráfico dos resultados do inquérito _____	73



## 1. Introdução

### 1.1. Âmbito e conteúdo

Ao longo da história, o património construído, é talvez o elemento mais importante que enobrece e dignifica a história de Portugal e de toda a humanidade. Assumido como um conjunto incalculável de bens, edifícios com um valor arquitectónico ímpar, conseguiu sobreviver ao rigor dos tempos às melhores ou piores intervenções de recuperação e aos interesses do Homem. Hoje assumem-se com a designação de monumentos, muitos deles sem a monumentalidade que os grandes feitos requerem mas plenos de uma modéstia que traduz o caminhar lento e seguro da nossa História.

O património construído a que se reporta esta dissertação insere-se predominantemente na corrente Arte Nova e está balizado sensivelmente entre as últimas décadas do século XIX e primeiras do século XX.

A dignificação do património através da recuperação, reutilização e revitalização pressupõe atitudes perante a defesa do património, desde a inventariação, levantamento, conhecimento *in loco* da realidade arquitectónica e histórica que através dos tempos tendem a desvanecer, e incentiva ainda a tomar medidas preventivas junto de todos os intervenientes culturais sem excepção. Quanto ao estado actual de conservação do património construído da região de Aveiro foram tomadas medidas preventivas de salvaguarda e conservação patrimonial. No entanto, o alargamento dessas medidas a outras realidades e espaços seria uma mais-valia para a valorização do restante património construído da região de Aveiro.

O resultado teórico e prático desta tese surgiu no seguimento de dissertações anteriores cujo tema do património cultural construído foi abordado.

A dissertação da Dr<sup>ª</sup>. Andreia Lourenço: *Aveiro Arte Nova: estratégia concertada de desenvolvimento museológico e turístico-cultural* aborda a formação de um núcleo museológico Arte Nova para a região de Aveiro, com todas as suas potencialidades, sustentabilidade, recursos e propostas de desenvolvimento. Neste âmbito fará sentido verificar o estado actual do património construído de Aveiro e incluir na Roda da Arte Nova outros imóveis de valor artístico e arquitectónico.

Também a Dissertação da Dr<sup>ª</sup> Patrícia Sarrico: *Percurso do azulejo de fachada de Aveiro: Dinâmicas para a sua salvaguarda*; na qual faz o percurso da azulejaria, apresenta o plano para a criação das cartas do património cultural de Aveiro e carta do

azulejo que (com o presente modesto contributo deste trabalho) poderá, eventualmente, alargar horizontes geográficos para a salvaguarda do património existente no distrito de Aveiro.

## **1.2. Objectivos e metodologia**

A presente dissertação, no âmbito do Mestrado em Gestão e Programação do Património Cultural, visa perceber e apresentar o estado actual do património construído na região de Aveiro no período da viragem do século. Pretende-se analisar e apresentar as características desta corrente da região, e seus principais focos, recorrendo ao exemplo de recuperação da Vila Francelina.

Os agentes culturais são vectores importantíssimos e fundamentais para a transmissão de valores relacionados com a preservação do património junto dos proprietários. Estes são analisados numa perspectiva global da recuperação do património construído no distrito de Aveiro.

A metodologia delineada para o desenvolvimento do trabalho aqui apresentado assenta nas seguintes etapas:

1. Recolha e análise de referências bibliográfica sobre o tema.
2. Levantamento fotográfico do património construído de Arte Nova existente no distrito de Aveiro.
3. Análise sectorial dos itens integrados no levantamento.
4. Análise crítica de um caso de estudo.
5. Após a recolha de informação pretende-se uma visão globalizante desta corrente na região de Aveiro, sua caracterização com uma proposta de exemplo do caso de estudo a seguir; sinalização de algumas lacunas apresentando novas propostas de integração e de aproximação aos proprietários como agentes fundamentais no processo de defesa e conservação do património.

### **1.3. Estrutura**

A presente dissertação está dividida em sete partes que abordam e analisam o tema da defesa e preservação do património construído da Arte Nova no distrito de Aveiro.

A primeira parte reporta-se ao enquadramento e análise da evolução da corrente da Arte Nova na Europa e em Portugal bem como os seus principais criadores ou artistas e características globais.

Na segunda parte apresenta-se o levantamento efectuado do património construído da região, recursos identificativos, sua caracterização e principais núcleos Arte Nova.

No terceiro momento, apresenta-se um caso de estudo que reflecte a acção do agente cultural na defesa do património, da conservação, do restauro, da reutilização, adaptação e revitalização em espaço de turismo rural. Pretende-se numa perspectiva futura uma vivência cultural sustentável, com a possibilidade de criação de espaços de convergência cultural, técnica numa perspectiva multidisciplinar e intermunicipal.

Na quarta parte, faz-se referência aos princípios legislativos nacionais e internacionais como base para a defesa do património dando ênfase ao associativismo e exercício da cidadania como meio de recurso para a defesa e salvaguarda do património cultural nas diversas acepções. O papel institucional também é analisado na perspectiva correlativa da salvaguarda e defesa do património.

O último capítulo que é uma consequência da análise dos capítulos anteriores reporta-se à análise da atitude dos agentes culturais na proximidade ou não com os proprietários no sentido da salvaguarda e defesa do património. Sugere-se ainda uma política de educação patrimonial ao nível regional e local e, por último, afigura-se o resultado da análise dos aspectos dissonantes das intervenções no património, ou seja, a caracterização do património construído e sua identificação actual.



## 2. Arte Nova – breve introdução

### 2.1. Enquadramento geográfico e sua evolução histórico-cultural

Até finais no século XIX, o desenvolvimento da arquitectura europeia estava enraizada no historicismo e numa continuidade das tradições clássicas. A arquitectura desprovida de originalidade, na remodelação de velhas fórmulas, num modelo repetitivo de formas e conceitos, estavam, inconscientemente, criadas as condições para o aparecimento da nova corrente artística e arquitectónica - Arte Nova.

A origem deste estilo arquitectónico remonta a Inglaterra do século XIX. Sob a égide da Fundação Vitoria and Albert Museum, realizou-se em Londres, em meados do século XIX, a Grande Exposição (1851) para divulgação da nova tecnologia e promoção do comércio com o intuito de mostrar e promover tudo o que era exemplo de objecto bem desenhado. John Ruskin, influente crítico de arte, detestava produtos fabricados em série e apelava a um regresso ao artesanato inspirado numa visão romântica da Idade Média. Através da revitalização dos ofícios, Ruskin esperava desenvolver uma alternativa àquilo que via como horror do trabalho de fábrica, bem como aperfeiçoar a qualidade estética dos objectos do quotidiano. Assim, aconselhou artesãos e arquitectos a regressarem à utilização da natureza nas suas formas, rejeitando todo o historicismo e antecipando o trabalho dos arquitectos da Arte Nova como Vítor Horta, Guimard, Gaudí, entre outros.

O aparecimento da corrente de estilo Arte Nova surge num momento de clivagem do revivalismo dos estilos romântico e gótico. Em termos cronológicos, germina com predomínio vigoroso entre 1892-1914. Antes da I Grande Guerra Mundial neste período, a população europeia detinha grande riqueza. Tanto as classes da burguesia como da nobreza podiam investir em pequenos objectos decorativos, como forma de afirmação da sua posição social.

O poder económico esteve sempre ligado à apresentação de luxo e à criação de objectos únicos as famílias poderosas. Com o aparecimento da Revolução Industrial que dava os seus passos de forma bem visível, a diversificação e distribuição da riqueza abarca maior número de pessoas e é aceite pelos diversos sectores da sociedade.

Em meados do século XX surgiu o fenómeno grandioso das exposições mundiais. Em 1851, um ano antes do nascimento do maior progenitor da Arte Nova Mundial, António Gaudi (1851-1926), Londres recebe a primeira grande exposição dos melhores



produtos industriais. Para este efeito foi criada uma estrutura de vidro e ferro fundido considerada vanguardista das novas tecnologias e arquitectura. A partir desta data, na Europa, o panorama da arquitectura sofre alterações numa rivalidade saudável da persistência dos processos artesanal e o industrial com tendência para a prevalência do segundo.

A Arte Nova surgiu simultaneamente em vários pontos da Europa. Terá sido o desenvolvimento da revolução industrial nos seus diversos aspectos que terá contribuído para a implementação desta corrente. A melhoria das vias de comunicação e transportes, o uso do papel ao serviço da comunicação através da imprensa e consequentemente acesso à informação mais ou menos livre terão sido estes alguns dos factores que proporcionaram a propagação da Arte Nova a nível europeu e americano.

Apesar do período de vida tão efémero desta corrente, ocorre uma vasta proliferação de estilos regionais [1]. Contudo, não houve tempo para consolidar ao nível europeu o mesmo nome: em França surge como Art Nouveau, Jugendstil na Alemanha, Liberty na Inglaterra, Stile Liberty na Itália, Sezessionstil na Áustria e Modernismo em Espanha.

No plano europeu, os pólos internacionais sediaram-se em França com as obras de Gustavo Klimt (1862-1918) com a introdução do vidro; em Paris, sob a alçada de Hector Guimard (1867-1942) com o projecto de habitação social; por sua vez, em Nancy proliferou as artes decorativas com Emile Gallé. Em Espanha, Barcelona, cidade industrial e burguesa surge António Gaudí com um vasto contributo do famoso Parque Güell em Barcelona, entre outros.

A “Casa Tassel” de Victor Horta (1861- 1947) localizada na Bélgica é considerada o berço da arquitectura Arte Nova. É com Henry Van de Velde (1835-1957), defensor da teoria que a Arte Nova se pretende assumir como arte social, apresentando como características: floreados, uso de elementos orgânicos, as aberturas com formas irregulares, a exploração de texturas, cores nos revestimentos e o uso de ferro fundido e vidro.

A novidade desta corrente tem a sede na ligação intrínseca com a natureza e na maneira de trabalhar os materiais, tais como o ferro, em que as formas vegetalistas das colunas e dos candeeiros se misturam com a decoração do chão criando uma homogeneidade e harmonia entre a estrutura e a decoração. A grande preocupação é



a inter-relação entre a parte emotiva e a parte racional, o elemento decorativo e o elemento funcional.

A Arte Nova foi um estilo estético, essencialmente de design e arquitectura que influenciou o mundo das artes plásticas e decorativas. Muito relacionada com o movimento Arts & Crafts que teve grande destaque durante a Belle Époque. Foi o primeiro estilo que, aparentemente, não possui as suas raízes profundamente enraizadas na história europeia. Parecia ser o verdadeiro primeiro novo estilo de século, apesar de apenas ter emergido nas últimas décadas do século XIX. Este facto ajuda a explicar o entusiasmo com que foi acompanhado e a sua rápida e intensa expansão.

Alguns defendem que as formas curvilíneas, características da Arte Nova, fizeram a sua primeira aparição na Inglaterra, embora se tivessem espalhado rapidamente pela Europa por muitas cidades. Cada uma das quais teve uma interpretação e aplicação distintas do estilo: Paris e Nancy, em França; Munique, Berlim e Darmstadt, na Alemanha; Bruxelas; Glasgow e Viena, Barcelona na Espanha.

Também o marketing e divulgação desta corrente fez-se sentir ao nível das feiras internacionais (exposições internacionais de 1889 e 1900 em Paris e de 1902 em Turim) de decoração, mobiliário e ourivesaria, contribuindo assim para a divulgação e aceitação popular.

A Arte Nova Europeia desenvolveu-se nos finais de 1880 e teve o seu auge de criatividade na década subsequente. Por volta de 1905, decaíra para um aspecto muito diluído no design comercial, e rapidamente seria substituído por uma estética julgada mais à altura do novo século. Todavia, a própria Arte Nova ficou a dever grande parte de popularidade à sua modernidade e contemporaneidade tornando-se desde então universal.

Em França, o maior promotor desta corrente foi o conde Robert de Montesquiou, grande mecenas dos artesãos da Arte Nova, para quem o mais ínfimo objecto de sua posse tinha de conter a mais rara beleza e qualidade.

Em Espanha, com António Gaudí, foi Eusebi Guell o grande mecenas para quem o artista criou o Palau Guell e a Colónia Guell [2]. Desde as suas primeiras obras, Gaudi mostrou um interesse especial por um dos princípios mais importantes da nova corrente artística: a unidade do objecto artístico e os laços entre o artista e o artesão.





Gaudí partiu de uma concepção globalizadora da arquitectura, na qual esta não é unicamente estrutura, antes integra ornamentação e as artes decorativas.

Os objectos Arte Nova floresceram, valorizando o trabalho artesanal e materiais inesperados como o ferro, o vidro e o betão, etc., “ um estilo contemporâneo, independente do passado.” [JANSON 1989].

Em termos gerais, a corrente da Arte Nova traduz-se essencialmente numa linha, numa extensa curva sinuosa criada pelos diversos artistas, arquitectos. Na decoração, esta corrente rejeita a ordem da linha e do ângulo recto, a favor de um movimento mais natural. Quer as formas naturais quer as abstractas são evocativas de uma vitalidade orgânica, numa uniformidade, numa preocupação pelo linear. Como alma deste movimento, a natureza era a principal fonte de inspiração para o arquitecto, nomeadamente o mundo das plantas, flores, caules e folhas estes eram o objecto de escolha para as suas silhuetas curvilíneas; os lírios, as íris e as orquídeas eram favorecidos, embora qualquer forma, das frondas das palmeiras às algas marinhas, oferecesse potencial para ser transformada num padrão animado. Os insectos e os pássaros coloridos e elegantes prestavam-se ao mesmo processo de estilização e refinamento – libelinhas, pavões, andorinhas – assim como criaturas, cobras, galgos, golfinhos, águias, etc. Estas possibilidades decorativas também se podiam desenvolver a partir das curvas do corpo feminino, em especial quando combinadas com longas, soltas, fluentes e ondulantes cabeleiras, que podiam ser compostas numa fantasia de caracóis e ondas. À medida que o estilo evoluiu, foi crescendo a procura de formas cada vez mais originais.

É um movimento particularmente decorativo que se caracteriza pelas formas orgânicas, arabescos e cornucópias, escapismo para a Natureza, valorização do trabalho manual, visualmente predominante nas formas curvas e assimétricas inspiradas na natureza, recusando historicismos e particularidades culturais nacionais entre outras.

Já em termos arquitectónicos a solidez, o volume, a continuidade, a ligação com o peso ou a estabilidade e a quietude opunham-se ao estilo Arte Nova.

A Arte Nova foi acima de tudo um estilo decorativo com forte influência no design e nas artes aplicadas, artes gráficas, mobiliário, tecido e arquitectura.



Esta corrente artística fugaz, mas intensa conseguiu conjugar as conquistas técnicas e construtivas de engenharia com as exigências formais e estéticas dos arquitectos quer ao nível formal, técnico e estético.

Por sua vez, os vários artistas da Arte Nova trabalhavam várias artes em simultâneo com uma visão integrada e sem distinções.

## **2.2. Arte Nova em Portugal**

A corrente artística Arte Nova surge em Portugal muito tardiamente e não segue os mesmos parâmetros, orientações, tão vinculados nos países europeus nomeadamente em Espanha.

Sendo um fenómeno de transição entre o historicismo oitocentista e implementação da arquitectura ao serviço do Estado Novo, a Arte Nova desperta atenção para a mudança, com as novidades do exterior ao mesmo tempo estimula para a tentativa de criação de um estilo artístico e arquitectónico português.

Em Portugal, o fenómeno da implementação da Arte Nova restringiu-se, de uma forma genérica, à modelação das superfícies, relegando para segundo plano a estrutura e as novas tecnologias de construção [FERNANDES, 2008] e [NEVES, 2000]. A entrada da corrente artística Arte Nova em Portugal foi tardia e de pouca duração. Teve início por volta do ano de 1905 e terminou cerca de 15 anos mais tarde e por volta de 1920/30 mistura-se também com a Art Déco [FERNANDES, 2008].

Sendo um movimento ou uma vivência identificados com a revolução industrial, no final do séc. XIX, Portugal era uma nação pouco ou nada industrializada, e a política do Fontismo foi orientada para o desenvolvimento das comunicações e não na criação de fontes de riqueza industrial [NEVES, 2000].

Como sucedeu por toda a Europa, Portugal não foi excepção. A introdução e aplicação da Arte Nova nos mais diversos aspectos deveram-se à acção da burguesia urbana nas cidades e eventualmente num ou outro imóvel em local aprazível. Por cá, encontra-se referências a esta corrente nos mais diversos elementos decorativos, de modo a dar beleza aos monumentos arquitectónicos com elementos de distinção nos parapeitos das janelas, topo de mirantes ou entablamentos, portas, portões, painéis de azulejos, sacadas, mansardas, etc.



No entanto, a adopção da Arte Nova em Portugal far-se-ia através das famílias ricas, de refinado gosto e a par das últimas novidades do exterior.

Também não é menos verdade que a sociedade intelectual e artística da época adpta desta corrente era comentada de forma espirituosa, o que em nada favorecia os promotores e artistas [NEVES, 2000].

A Arte Nova manifesta-se não só no domínio da arquitectura privada mas também em monumentos públicos e religiosos. São vários os arquitectos adeptos desta corrente e que deixaram o seu cunho no património do início do século XX.

Com a sua implementação nos centros urbanos, encontra-se em Lisboa um vasto número de imóveis desta corrente com destaque para a Casa Museu de Dr. Anastácio Gonçalves ou Casa Malhoa, um projecto do arquitecto Norte Júnior datado de 1904-05; do mesmo arquitecto o edifício na Avenida Fontes Pereira de Melo nº 28; o Animatógrafo (1907) desconhecendo-se o autor; a Leitaria “A Camponeza” (1908) do arquitecto Domingues Pinto; a Pastelaria “A tentadora” da autoria de Ernesto Korrodi (1912), entre outros. A Casa dos Viscondes de Valmor em Cascais da autoria de Ventura Terra (1906). Do mesmo arquitecto ainda a Maternidade Alfredo da Costa de Lisboa (1908), a Basílica de St<sup>a</sup> Iuzia de Viana do Castelo; no Porto a Livraria Lello, da autoria do engenheiro Francisco Xavier Esteves, (1906), Café Majestic da autoria do arquitecto João Queirós (1921), antigo Banco Nacional Ultramarino, na Av. dos Aliados, no Porto, da autoria de Korrodi (1920); em Leiria os Paços do Concelho da autoria do arquitecto Ernesto Korrodi [3] (1903-1911), Vila Hortênsia habitação de Korrodi (1905-1910); em Pombal, monumento ao Marquês de Pombal, de Korrodi (1907); em Aveiro, Avanca a casa do Nobel Egas Moniz (1915-1918), também de Ernesto Korrodi, Museu de Arte Nova de Silva Rocha (1908), Palacete de Francisco Maria Simões, em Salreu, (1914), bar do Hotel “As Américas “ de José de Pinho, e muitos outros exemplares que até ao presente não se conseguiu encontrar o autor como por exemplo para a Vila Africana em Ílhavo ou Vila Natália ou o Palacete Azul ou o Palácio da Pena em Espinho.

Em Portugal, a Arte Nova é uma expressão mais ao nível decorativo do que ao nível estrutural como afirma M<sup>re</sup> João Fernandes [FERNANDES, 2008]. As manifestações encontram-se nas molduras das janelas, portas, decorações azulejares, escassas peças de mobiliário e cerâmica.



Arte Nova é subsidiária da arquitectura, Apesar de ter sido inovadora nos materiais, nas técnicas e de ser considerada uma arte bela na proporção, em carácter, harmonia e intensamente original como expressão e conceito, a Arte Nova é subsidiária da Arquitectura. Neste nível, e de um modo geral, as fachadas portuguesas eram concebidas com linhas curvas e contra-curvas, angulosas e sinuosas.

Neste sentido devido à falta de espaço liso, as casas seriam apelidadas de Casas Brasileiras. Este apelido vingaria até meados do século XX, por influência do poder económico dos portugueses abasileirados. Esta riqueza resultava do enriquecimento nas indústrias de construção e actividades comerciais relacionadas com o Brasil. Por sua vez os abasileirados “teimavam” em regressar à terra natal onde mostravam de forma estonteante o *seu* gosto arquitectónico.

Segundo Maria Fernandes muitas das casas que são apelidadas de brasileiras não passam de apelido mesmo, uma vez que o proprietário nunca saiu da terra! [FERNANDES M., 2007].

A mesma autora corrobora a opinião de que por exemplo “na Beira Litoral são mais os exemplos da casa à moda de brasileiro que as de brasileiro original” [4]. Defende que a arquitectura brasileira se desenvolve sob três domínios: palácio: casa baixa e larga, linhas horizontais; fachadas amplas e lisas; janelas com bandeira; piso térreo, quando tem piso superior apresentando-o de forma bem diferenciada; varandas reduzidas eram o limite da construção inserida em espaço rural. Casa apalaçada que inserida nas vilas tem a particularidade de ter apostado o nome da mulher do proprietário em painel nominativo; as fachadas principais são revestidas de azulejo, construídas face às vias de comunicação ou com pequeno jardim, nas mais ricas havia um jardim, com flora exuberante, casa com verticalidade e proporcionalidade por vezes conseguida. Há um predomínio de varandas e, por vezes, no piso térreo, um estabelecimento comercial. Por fim, o palacete / chalet, sem dúvida o mais rico e luxurioso. É construído no meio da quinta e rodeado por estátuas, fontes, pérgolas, torres e pequeno miradouro que lhe dá acesso exterior. Apresenta também frisos e painéis de azulejos com motivos florais que decoram o prédio, a cantaria de granito ou calcário usado apenas nas fachadas (...) [FERNANDES, M., 2007].

Os edifícios Arte Nova portugueses, de uma maneira geral, no que diz respeito à estrutura interior, apresentam-se iguais a tantos outros ao contrário do aspecto exterior no qual a imaginação de inspiração naturalista era a responsável pela decoração e aplicação de manifestações Arte Nova e de miscelâneas artísticas.



Quanto à arquitectura interior na região de Aveiro, conhecem-se apenas pequenos apontamentos, como escadarias, corrimões, portas com bandeira de vitral, fogões, estuques, pinturas murais, etc., como por exemplo apresenta-se a casa da Fundação Jacinto de Magalhães, em Aveiro; o Palacete de Francisco Maria Simões, em Salreu e a Casa Museu Egas Moniz, em Avanca, Estarreja [NEVES, 2000].

Tendo a Arte Nova tido a sua pujança no plano das artes decorativas e sendo subsidiária da arquitectura, esta vai aplicar diferentes materiais na ornamentação com o recurso à sincronia entre artista/artesão e materiais. À semelhança da matéria-prima aplicada por Gaudí (tijolo, mosaico nas diversas formas por força do seu mecenas – Guell), por terras lusas o gosto pela Arte Nova fez-se sentir, sobretudo no azulejo, na cerâmica, serralharia, argamassa, no laborioso e delicado trabalho nos blocos de calcário e granito.

O estilo Arte Nova tem a complementaridade do uso da ferraria nas mais diversas aplicações. A aplicação do ferro e vulgaridade do metal evoluiu ao longo dos tempos. O grande responsável por este *boom* foi sem dúvida a Revolução Industrial.

Em Portugal, a fundição como sector siderúrgico de desenvolvimento industrial inicia-se nos princípios do século XIX. Como por exemplo pode referir-se as Fundições de Massarelos e do Bolhão do Porto e mais tarde a CIF – Companhia Industrial do Ferro, com a execução de muitas construções, que foram aplicadas em muitas composições de ferro forjado e fundido.

A serralharia é bastante aplicada como elemento decorativo e pode-se encontrá-la nos mais diversos elementos. A nível nacional destaca-se o portão da Casa de José Malhoa - portão em forma de uma enorme borboleta de uma perfeição inabalável. Já no distrito de Aveiro multiplicam-se os portões que se confundem com jardins ambulantes no plano vertical.

A azulejaria, de uma forma geral, destinava-se ao revestimento das fachadas de edifícios, embora fosse diminuindo o uso de fachadas inteiramente revestidas (fachadas revestidas a azulejos monocromáticos de tons verde, castanho, azul, vermelho e estampilha) para se optar por uma decoração mais localizada nas zonas de coroamento, frontões ou remates de edifícios. Surgem os frisos decorativos e composições figurativas localizadas nos frontões, fachadas, em átrios de imóveis ou

salas comerciais. A azulejaria em remate era aplicada em edifícios ora simulando uma cinta ora demarcando os pisos.

Assim, paulatinamente, a azulejaria torna-se meio decorativo aplicado ao gosto de cada proprietário ou artista.

Em Portugal, de uma forma global, o padrão do azulejo buscou escassa inspiração nas tradições e folclore, antes preferindo de forma arrebatadora a representação de motivos florais, animais e, por vezes, da figura feminina e seus cabelos esvoaçantes delimitadas por cercaduras bem desenhadas com os enrolamentos e ondulações típicas dos modelos importados. O acentuado sentido decorativo do desenho é sublinhado por um cromatismo muito desenvolvido, em tons pastel, verdes e lilases.



Rafael Bordalo Pinheiro (1845-1905), grande ceramista, desenvolve a azulejaria numa perspectiva caricaturista, por exemplo na aplicação de painéis: “A rã lê, o grou fuma” na Tabacaria Mónaco, em Lisboa, assumindo uma perspectiva humanizante.

A cantaria é outro recurso desta corrente que é fortemente desenvolvida. A matéria-prima oscila entre o calcário, o granito e a argamassa. Com maior ou menor pormenor de execução, a linha recta tende a desaparecer com preponderância dos motivos florais, vegetalistas e marítimos, fachadas ou frontões profusamente rendilhados são formulários que se encontram com alguma frequência.

A Arte Nova em Portugal desenvolveu-se e implementou-se apesar dos condicionalismos intelectuais, económicos, sociais e, a determinada altura, por condicionalismos políticos. Não foi estrutural mas antes superficial e num formulário decorativo e estético. No entanto, não deixa de ser património cultural, identidade nacional e acima de tudo regional.



ARQUITECTURAS MARCANTES DA REGIÃO DE AVEIRO NA VIRAGEM DO SÉCULO  
**Que futuro para o património construído da região de Aveiro?**

		C G	C C	F F	A Z	C M	C A	A L	V T	A G			C G	C C	F F	A Z	C M	C A	A L	V T	A G	
AG 01				•	•	•							AL 01			•	•	•	•			•
AG 02		•			•	•							AL 02		•		•	•				
AG 03			•			•							AL 03		•		•	•	•			
AG 04		•				•		•					AL 04		•		•	•				
AG 05		•				•		•					AL 05		•	•	•	•	•			
AG 06				•	•	•		•			•		AL 06		•			•				•
AG 07		•		•				•					AL 07		•		•	•	•			
AG 08				•	•	•		•					AL 08				•					

CG – Cantaria Granito; CC – Cantaria Calcário; FF – Ferro Forjado; AZ – Azulejo;  
 CM – Caixilharia Madeira; CA – Caixilharia Alumínio; AL – Alumínio; VT – Vitrais; AG – Argamassa  
 AG## – Concelho de Águeda; AL## – Concelho de Albergaria – a – Velha

Tabela 1 - Características dos imóveis nos Concelhos de Águeda e Albergaria – a – Velha

Fonte: autora 2011

ARQUITECTURAS MARCANTES DA REGIÃO DE AVEIRO NA VIRAGEM DO SÉCULO  
**Que futuro para o património construído da região de Aveiro?**

		C G	C C	F F	A Z	C M	C A	A L	V T	A G			C G	C C	F F	A Z	C M	C A	A L	V T	A G			
AL 09									•				AN 06			•	•	•	•				•	
AL 10			•	•	•	•	•						AV 01			•	•	•	•					
AL 11		•					•						AV 02			•	•				•			
AN 01		•		•			•	•					AV 03				•		•					
AN 02			•		•				•				AV 04			•	•		•					•
AN 03				•		•							AV 05				•	•	•					
AN 04				•	•	•							AV 06			•	•		•					
AN 05		•				•							AV 07					•						

CG – Cantaria Granito; CC – Cantaria Calcário; FF – Ferro Forjado; AZ – Azulejo;  
 CM – Caixilharia Madeira; CA – Caixilharia Alumínio; AL – Alumínio; VT – Vitrais; AG – Argamassa  
 AL## - Concelho de Albergaria – a – Velha; AN## - Concelho de Anadia; AV## - Concelho de Aveiro

Tabela 2 - Características dos imóveis nos Concelhos de Albergaria – a – Velha, Anadia e Aveiro

Fonte: autora 2011

\*foto digitalizada de Amaro Neves 2000



ARQUITECTURAS MARCANTES DA REGIÃO DE AVEIRO NA VIRAGEM DO SÉCULO  
**Que futuro para o património construído da região de Aveiro?**

		C G	C C	F F	A Z	C M	C A	A L	V T	A G			C G	C C	F F	A Z	C M	C A	A L	V T	A G	
AV 08				•												•						
AV 09		•		•	•	•																
AV 10		•		•		•																
AV 11				•	•					•												
AV 12				•																		
AV 13				•		•	•															
AV 14				•	•	•			•		•											
AV 15		•		•	•		•															
AV 16																•						
AV 17		•													•							
AV 18				•	•	•									•	•	•					
AV 19				•	•	•	•								•	•	•	•				
AV 20				•	•	•									•	•	•					
AV 21				•	•	•				•					•	•	•					
AV 22				•	•	•			•						•	•	•	•				
AV 23				•											•						•	

CG – Cantaria Granito; CC – Cantaria Calcário; FF – Ferro Forjado; AZ – Azulejo;  
 CM – Caixilharia Madeira; CA – Caixilharia Alumínio; AL – Alumínio; VT – Vitrais; AG – Argamassa











AV## - Concelho de Aveiro

Tabela 3 - Características dos imóveis no Concelho de Aveiro

Fonte: autora 2011



ARQUITECTURAS MARCANTES DA REGIÃO DE AVEIRO NA VIRAGEM DO SÉCULO  
**Que futuro para o património construído da região de Aveiro?**

		C G	C C	F F	A Z	C M	C A	A L	V T	A G			C G	C C	F F	A Z	C M	C A	A L	V T	A G	
AV 40				•	•	•	•						ES 04				•	•	•	•		
AV 41		•				•	•						ES 05				•	•	•	•		
AV 42		•				•	•	•					ES 06				•	•	•	•		
AV 43		•				•			•				ES 07						•		•	
AV 44						•							ES 08						•			•
ES 01		•				•	•						ES 09				•	•	•		•	•
ES 02						•							ES 10				•	•	•			
ES 03						•	•		•				ES 11				•	•	•		•	•

CG – Cantaria Granito; CC – Cantaria Calcário; FF – Ferro Forjado; AZ – Azulejo;  
 CM – Caixilharia Madeira; CA – Caixilharia Alumínio; AL – Alumínio; VT – Vitrais; AG – Argamassa

AV### - Concelho de Aveiro; ES## - Concelho de Espinho

Tabela 5 - Características dos imóveis nos Concelhos de Aveiro e Espinho

Fonte: autora 2011

ARQUITECTURAS MARCANTES DA REGIÃO DE AVEIRO NA VIRAGEM DO SÉCULO  
**Que futuro para o património construído da região de Aveiro?**

		C G	C C	F F	A Z	C M	C A	A L	V T	A G			C G	C C	F F	A Z	C M	C A	A L	V T	A G		
ES 12		•		•	•		•			•						•	•					•	
ES 13		•		•	•			•															
ES 15			•		•	•	•															•	
ES 16			•		•																		
ES 17			•		•					•													
ES 19		•	•		•	•																	
ES 21		•			•	•																	
ES 22		•		•			•																
ES 23																•	•						•
ES 24		•			•	•	•																
ES 25																•						•	
ES 26															•	•	•						
ET 01		•	•	•	•	•																	
ET 02																•	•						
ET 03															•	•	•	•					
ET 04																•	•	•					•

CG – Cantaria Granito; CC – Cantaria Calcário; FF – Ferro Forjado; AZ – Azulejo;  
 CM – Caixilharia Madeira; CA – Caixilharia Alumínio; AL – Alumínio; VT – Vitrais; AG – Argamassa  
 ES## - Concelho de Espinho; ET## - Concelho de Estarreja

Tabela 6 - Características dos imóveis nos Concelhos de Espinho e Estarreja

Fonte: autora 2011







ARQUITECTURAS MARCANTES DA REGIÃO DE AVEIRO NA VIRAGEM DO SÉCULO  
**Que futuro para o património construído da região de Aveiro?**

		C G	C C	F F	A Z	C M	C A	A L	V T	A G			C G	C C	F F	A Z	C M	C A	A L	V T	A G				
ET 05		•	•	•	•		•						ET 13		•			•	•						
ET 06		•			•	•							ET 14		•		•	•		•					
ET 07		•			•	•	•						ET 15				•	•					•		
ET 08		•			•	•	•						IL 01					•							
ET 09						•					•	•	IL 02			•	•	•	•						
ET 10					•	•		•					IL 03				•		•			A			
ET 11		•				•		•					IL 04					•		•	•				
ET 12					•								IL 05		•		•	•	•						

Tabela 7 - Características dos imóveis nos Concelhos de Estarreja e Ilhavo

Fonte: autora 2011

ARQUITECTURAS MARCANTES DA REGIÃO DE AVEIRO NA VIRAGEM DO SÉCULO  
**Que futuro para o património construído da região de Aveiro?**

		C G	C C	F F	A Z	C M	C A	A L	V T	A G			C G	C C	F F	A Z	C M	C A	A L	V T	A G			
IL 06		•		•	•	•																		
IL 07		•		•	•																			
IL 08					•																			
IL 09			•	•	•	•																		
IL 10		•		•	•	•																		
IL 11					•	•																		
IL 12		•		•	•	•																		
IL 13		•			•	•																		
IL 14				•	•	•	•																	
IL 15			•		•	•	•																	
IL 16			•		•	•	•																	
IL 17			•		•	•	•																	•
IL 18				•	•	•	•																	
IL 19			•		•	•	•																	
IL 20			•		•	•	•																•	•
IL 21			•		•	•	•																	•

CG – Cantaria Granito; CC – Cantaria Calcário; FF – Ferro Forjado; AZ – Azulejo;  
 CM – Caixilharia Madeira; CA – Caixilharia Alumínio; AL – Alumínio; VT – Vitrais; AG – Argamassa

IL## - Concelho de Ílhavo

Tabela 8 - Características dos imóveis no Concelho de Ílhavo

Fonte: autora 2011

ARQUITECTURAS MARCANTES DA REGIÃO DE AVEIRO NA VIRAGEM DO SÉCULO  
**Que futuro para o património construído da região de Aveiro?**

		C G	C C	F F	A Z	C M	C A	A L	V T	A G			C G	C C	F F	A Z	C M	C A	A L	V T	A G		
IL 22			•		•								OA 01				•	•	•				
IL 23			•		•								OA 02				•	•	•				
ME 01			•	•	•	•			•				OA 03				•	•	•				
ME 02			•	•	•	•			•				OV 01				•	•	•				
ME 03				•									OV 02				•	•	•		•		
MU 01			•			•				•			OV 03				•	•	•	•			
MU 02			•				•			•			OV 04				•		•	•			
MU 03			•		•	•	•						OV 05				•	•	•	•		•	

CG – Cantaria Granito; CC – Cantaria Calcário; FF – Ferro Forjado; AZ – Azulejo;  
 CM – Caixilharia Madeira; CA – Caixilharia Alumínio; AL – Alumínio; VT – Vitrais; AG – Argamassa

IL## - Concelho de Ílhavo; MU## - Concelho da Murtosa; OA## - Concelho de Oliveira de Azeméis;  
 OV## - Concelho de Ovar

Tabela 9 - Características dos imóveis nos Concelhos de Ílhavo, Murtosa, Oliveira de Azeméis e Ovar

Fonte: autora 2011



ARQUITECTURAS MARCANTES DA REGIÃO DE AVEIRO NA VIRAGEM DO SÉCULO  
**Que futuro para o património construído da região de Aveiro?**

		C G	C C	F F	A Z	C M	C A	A L	V T	A G			C G	C C	F F	A Z	C M	C A	A L	V T	A G	
OV 06		•		•	•		•						•		•	•	•					
OV 07		•		•	•	•							•			•	•					
OV 08		•		•		•							•		•	•					•	•
OV 09		•		•	•	•							•		•	•	•					•
OV 10		•			•				•				•									
OV 11		•		•	•	•							•		•	•						•
OV 12		•		•	•	•	•			•			•		•							
OV 13		•		•	•	•							•		•	•						
OV 14		•											•			•	•					
OV 15		•		•									•		•	•						
OV 16		•		•	•	•							•		•	•	•					
OV 17		•		•									•		•		•					•
VA 01				•									•		•	•						
VC 01				•									•		•		•					

CG – Cantaria Granito; CC – Cantaria Calcário; FF – Ferro Forjado; AZ – Azulejo;  
 CM – Caixilharia Madeira; CA – Caixilharia Alumínio; AL – Alumínio; VT – Vitrais; AG – Argamassa  
 OV## - Concelho de Ovar; VC## - Concelho de Vale de Cambra

Tabela 10 - Características dos imóveis nos Concelhos de Ovar e Vale de Cambra

Fonte: autora 2011



### 3. Arte Nova: sua expressão no distrito de Aveiro

#### 3.1. Generalidades

O movimento artístico e arquitectónico da Arte Nova na região de Aveiro segundo alguns historiadores locais [FERNANDES, 2008; NEVES, 2000; RODRIGUES, 2001], teve uma expressão *sui generis*, embora de uma forma não muito regular mas muito expressiva em determinados pontos da região. Esta corrente manifesta-se essencialmente nas regiões mais ribeirinhas, nomeadamente em Aveiro, Ílhavo, Espinho, Ovar, Albergaria-a-Velha, Estarreja, Águeda, Mealhada e Anadia. Os concelhos de Vale de Cambra e Oliveira de Azeméis apresentam poucos exemplares e a Murtosa apesar de se situar bem perto da Ria de Aveiro apenas possui três exemplares.

Dentro do espaço geográfico em causa, esta corrente apresenta gramáticas e formulários muito próximos permitindo ao mesmo tempo a criatividade do autor ou do cliente bem como alguma exuberância na aplicação dos seus recursos.

Na implantação e desenvolvimento da criação desta corrente decorativa e arquitectónica os aveirenses Francisco da Silva Rocha e Carlos Mendes são verdadeiros criadores da interpretação da Arte Nova dispersa pela Europa. José – Augusto França considera Aveiro a capital da Arte Nova no nosso país, devido à coerência que Silva Rocha apresenta na sua obra coerente e original conjunto de arquitectura [FERNANDES, 2008].

Na análise realizada ao património construído do ponto de vista do exterior, os recursos da Arte Nova passam pela aplicação da azulejaria de forma total nas fachadas ou parcial – frisos e painéis, ferro forjado, vitrais e cantaria em granito, calcário ou argamassa.

#### 3.2. Recursos da expressão Arte Nova

A intensidade e difusão do estilo Arte Nova traduzem-se na aplicação dos recursos da sua expressão.

A abundância de matéria-prima e aperfeiçoamento do processo de fabrico no distrito de Aveiro fomentou a construção de várias fábricas de material cerâmico que se



dedicaram quase exclusivamente à produção de azulejaria. Desta forma justifica-se que os materiais usados nesta corrente estejam intimamente ligados à matéria-prima regional.

Sensivelmente entre 1890-1930, os proprietários das fábricas de azulejo e cerâmica do distrito de Aveiro descendentes de grandes negociantes locais, que com capitais estrangeiros, normalmente provenientes do Brasil, compravam ou construía fábricas na região.

É na Arte Nova, sem dúvida alguma, que a azulejaria assume maior expressividade. São várias as razões possíveis para a implementação deste recurso no distrito de Aveiro: a existência de várias fábricas de cerâmica, vidro e porcelana - Vista Alegre, Fábrica de Louça dos Santos Mártires (1908); Empresa de Louça e Azulejos de Aveiro Lda (1919); Fonte Nova; Fábrica da Biscaia (Albergaria-a-Velha); Fábrica Aleluia em Aveiro (1905); Fábrica de Olarias Aveirense (1922); Fábrica do vidro de Bustelo em 1897; em 1902 - Fundação da fábrica "A Boémia", Fábrica de Vidros do Covo em 1896.

O azulejo sendo um produto de custos relativamente baixos e de produção quase industrial, a adesão ao gosto torna-se quase vulgar com a oscilação na variação do padrão ou painel.

O gosto de cobrir essencialmente as fachadas das habitações com este revestimento rapidamente se espalhou, transformando-se em moda e perdurou até aos anos 90 do século passado. Actualmente, são poucos os edifícios onde se aplica este tipo de revestimento.

Da análise estética e funcional, encontra-se para além de uma variedade imensa de padrões que se vão multiplicando e repetindo, a criação/produção de painéis personalizados tem a sua particularidade. Assumem-se acima de tudo: nominativos, decorativos, cronológicos, publicitários, etnográficos e paisagísticos.



ARQUITECTURAS MARCANTES DA REGIÃO DE AVEIRO NA VIRAGEM DO SÉCULO  
Que futuro para o património construído da região de Aveiro?

3. Arte Nova: sua expressão do distrito de Aveiro

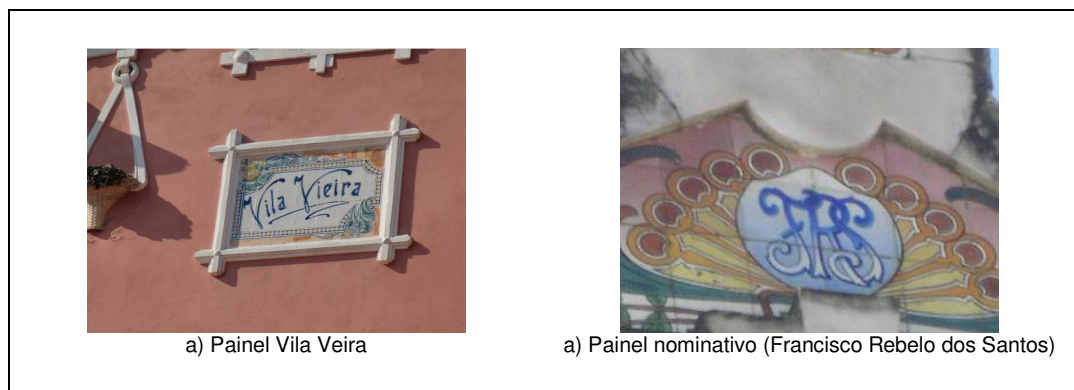


Fig. 1 - Pormenores de painéis nominativos

Fonte: autora 2011



Fig. 2 - Painéis alusivos à paisagem

Fonte: autora 2011



Fig. 3 - Painéis alusivos à etnografia

Fonte: autora 2011

ARQUITECTURAS MARCANTES DA REGIÃO DE AVEIRO NA VIRAGEM DO SÉCULO  
Que futuro para o património construído da região de Aveiro?

3. Arte Nova: sua expressão do distrito de Aveiro



Fig. 4 - Painéis publicitários e pormenor da cercadura  
(Licínio Pereira e Francisco Pereira 1917)

Fonte: autora 2011



Fig. 5 - Painel alusivo á mitologia

(Fonte Nova 1914)

Fonte: autora 2011

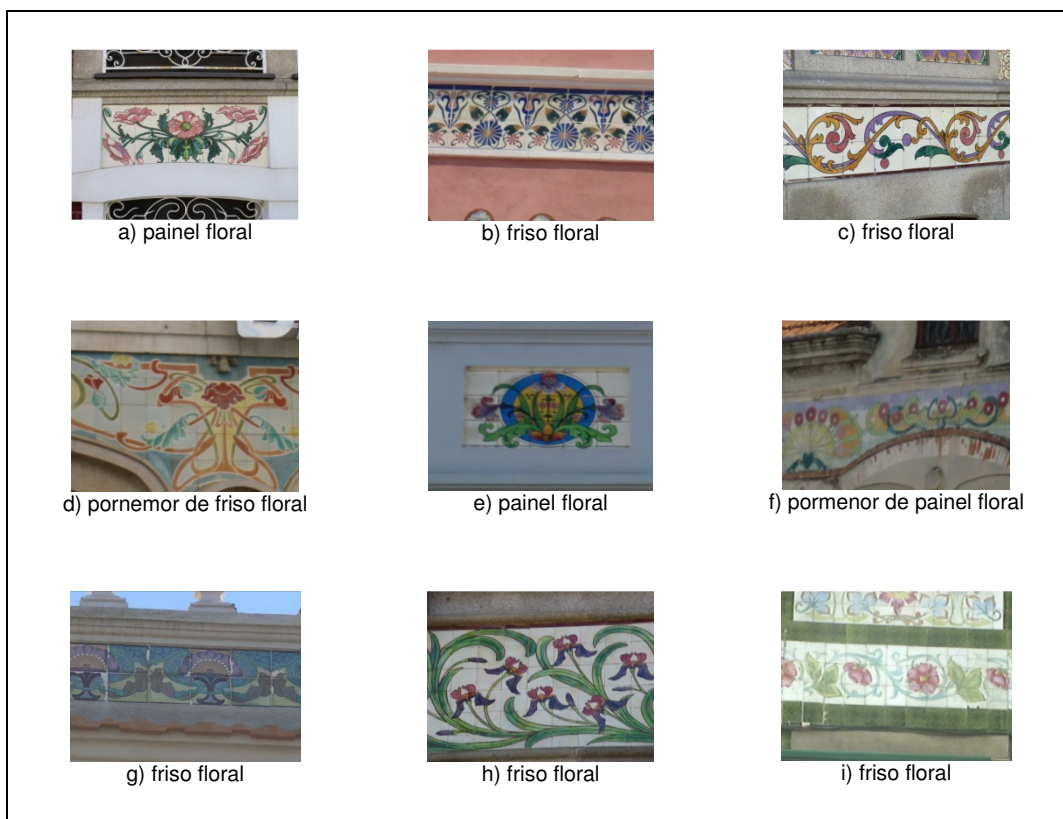


Fig. 6 - Exemplos característicos de frisos azulejares

Fonte: autora 2011

Presume-se que no início da aplicação do azulejo como gramática decorativa, a diversidade de padrões não seria muito vasta. Por exemplo o friso azulejar da Vila Francelina é igual ao aplicado na Vila Maria, em Leiria, num imóvel da autoria de Korrodi.

Quanto ao padrão usado, de um modo geral, as habitações são forradas a azulejos de tonalidades quentes numa base rosa, lilás, roxo e tons avermelhados aos quais se vão juntando outras cores vivas.

Por outro lado, os frisos não são aplicados de forma aleatória. A sua perspicácia na aplicação evidencia uma espécie de remate vivo, alegre, na conclusão da decoração que se lhe aplica. Aqui a gramática decorativa oscila entre as ramagens, motivos florais, caules, numa primavera sempre florida e permanente.

Se por um lado se encontra nesta colecção um conjunto de cores quentes, por outro a cor azul sobre o branco é padrão rei. O jogo de duas cores associa-se ao classicismo histórico, assim como as paisagens regionais, as imagens de monumentos, os nomes

comerciais, os trajes envolvidos em cercadura, e painéis que ao sabor da arquitectura e frisos assumem qualidade artística e cultural.

Por outro lado, a presença feminina na decoração, quer ao nível escultórico quer azulejar, é mais fugaz. São muito poucos os exemplares que seguem esta temática tal como o uso de imagens de animais (galgos, golfinhos, águias, pássaros, leões), entre outros.

O recurso mais usual na linguagem Arte Nova no distrito de Aveiro foi sem dúvida o azulejo. Este revestimento, em termos técnicos, tem a particularidade de ser isolante ao mesmo tempo que tem a função estética.

Também é certo que sendo este estilo essencialmente urbano, a azulejaria era aplicada nas fachadas de maior visibilidade, ou seja, as que eram mais fáceis de visualizar. Este estilo decorativo assume de forma rígida um cariz popular, urbano e de adorno exterior. O azulejo padrão assume de forma intransigente a função inequívoca de decoração das principais fachadas das casas.

O uso e aplicação da azulejaria estaria sob a orientação quer do dono da obra quer do arquitecto. Apesar disso existe a convicção de que a esmagadora maioria das fachadas azulejares e painéis azulejares se devem ao gosto e sentido estético do proprietário.

A importação do estilo Arte Nova, o uso de diferentes materiais regionais aliado à profusão das fábricas de cerâmica, o crescente poder económico de uma escassa franja da população e mais tarde a proliferação do uso indiscriminado deste revestimento são indissociáveis e terão sido entre outras as causas da implantação deste estilo decorativo bem característico da região litoral entre Douro e Tejo.

É imensamente vasto o património azulejar no distrito de Aveiro [SARRICO, 2009]. No levantamento efectuado, cerca de 140 edifícios apresentam revestimento azulejar de forma parcelar ou total.

A preservação deste valioso património passa pelo inventário e registo do azulejo padrão e painel. Segundo o que foi apurado, os municípios de Aveiro, Ovar e a Câmara Municipal do Porto estão a trabalhar no registo, criando assim um banco de dados azulejares em parceria com a Polícia Judiciária. Amaro Neves é da opinião de que seria uma mais valia a certificação da reprodução de azulejos padrão ou painel

[NEVES, 2000]. Com esta atitude o património que é devastado pelo furto e venda posterior em feiras de velharias seria preservado e seria também uma fonte de receita não só para os municípios mas também para as entidades particulares.

Uma proposta seria a criação de parcerias intermunicipais, com condições institucionais, fiscais e económicas, de micro empresas com técnicos da conservação e restauro da azulejaria.

O estilo Arte Nova tem como ainda complementaridade o uso da ferraria nas mais diversas aplicações.

O ferro forjado é aplicado em toda a arquitectura na região de Aveiro principalmente na civil, em casos pontuais, na arquitectura pública, como por exemplo no Coreto do Parque do Infante D. Pedro, na estrutura do Mercado do Peixe, em Aveiro e no coreto do Parque de La Salette em Oliveira de Azeméis.

O uso deste material assume funções práticas de complementaridade e reforço à segurança pública e privada e está, indubitavelmente, aliado à função decorativa. Por todo o distrito de Aveiro é possível encontrar serralharia mais ou menos elaborada, com maior ou menor pendor de Arte Nova aplicada na estrutura arquitectónica e com função decorativa. Encontra-se acima tudo e essencialmente nas varandas, peitoris das janelas, portões, resguardos de escadarias, bandeiras de portas e em escassos objectos decorativos.

Assim, na gramática decorativa destacam-se caules invertidos, linhas entrelaçadas numa dança sem precedentes, flores abertas em forma de girassol ou de 4/5 pétalas; folhas; ramos de flores; formatos de insectos (libelinhas, abelhas, borboletas estilizadas) e búzios. Na arte pública, o parque da cidade de Aveiro contempla um coreto de estilo Arte Nova cuja serralharia apresenta motivos alusivos a um instrumento musical - a lira.

Relativamente às cores usadas, o domínio cai sobre o verde, castanho, branco e prateado. Em obras restauradas por exemplo a Casa de Mário Pessoa é o actual Museu Arte Nova, toda a serralharia foi pintada nos tons originais, com intuito de tornar a serralharia um jardim colorido.

Num projecto de parceria intermunicipal, no âmbito do património cultural da região de Aveiro, seria de todo importante proceder ao levantamento e registo nos diversos

suportes, da serralharia existente em cada município criando assim uma base de dados informática. Deste modo, não se perderia no tempo a memória de um laborioso trabalho que pode desaparecer no tempo. Com esta possibilidade, talvez estejam criadas as condições para lançar a reinvenção, a projecção das profissões em artes e ofícios no âmbito da recuperação e conservação deste património que desaparecerá ao longo dos tempos.



Fig. 7 - Características de diversos portões e postigos em ferro forjado

Fonte: autora 2011



Fig. 8 - Vários exemplos de aplicação de ferro forjado

Fonte: autora 2011





Fig. 9 - Características de aplicação de ferro forjado em varandas

Fonte: Autora 2011



Fig. 10 - Características de aplicação de ferro forjado em porta e bandeiras e varanda

Fonte: Autora 2011

No que concerne aos vitrais aplicados em escassos edifícios, pode destacar-se o uso de tons vermelhos, verdes, amarelos, castanhos e azuis. Esta aplicação poderá ter a ver com o poder económico do proprietário e também com um gosto particular aplicado como elemento decorativo e enriquecimento do imóvel, nomeadamente nos espaços interiores. Do levantamento realizado assinalam-se 8 imóveis com o apontamento de vitrais (Aveiro 1; Estarreja 1; Albergaria 2; Ílhavo 3 e Murtoosa 1).



Fig. 11 - Exemplos de aplicação de vitrais

Fonte: autora 2011

O trabalho decorativo de cantaria nos materiais de calcário e granito estão também presentes mas de uma forma mais isolada. Apenas os concelhos de Aveiro, Estarreja, Ílhavo, Espinho, Águeda, Albergaria-a-Velha, Mealhada e Anadia apresentam edifícios com apontamentos de Arte Nova nestes materiais.

Em Aveiro existem cerca de 20 exemplares cujas cantarias são delicadamente trabalhadas. Em Águeda, assinala-se um excelente exemplar. É de referir que no formulário Arte Nova o refinado e elegante gosto da cantaria modelada segundo o estilo não era fácil de trabalhar. A dureza dos materiais condicionaria o trabalho, a estética e o formulário. A proximidade dos materiais da região e consequentemente o poder económico também distinguem o imóvel. No concelho de Albergaria-a-Velha existem dois exemplares cuja aplicação de cantaria de granito num elegante bailado de formas e delicados motivos florais (ver AL 03 e AL 02).

Em Espinho, encontra-se cantaria de granito no Palácio da Pena e calcário no Sporting Clube de Espinho. Em Ílhavo, o calcário predomina, e à medida que se caminha para sul, o calcário assume prodígio na Mealhada e Anadia.

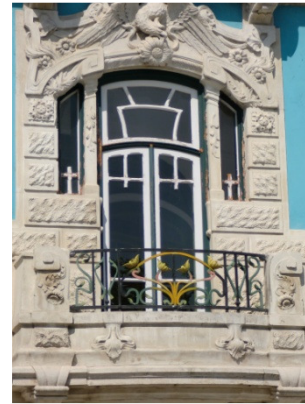
Em Albergaria-a-Velha e Estarreja, concelhos geograficamente próximos mas igualmente pobres em poder económico, verifica-se a existência de 4 imóveis com utilização de cantaria em granito. Além disso no concelho de Estarreja não se pode olvidar as casas de Egas Moniz em Avanca e a de Francisco Maria Simões em Salreu com elegante lavrado de cantaria calcária.

ARQUITECTURAS MARCANTES DA REGIÃO DE AVEIRO NA VIRAGEM DO SÉCULO  
Que futuro para o património construído da região de Aveiro?

3. Arte Nova: sua expressão do distrito de Aveiro



a) Cantaria lavrada em granito



b) Cantaria lavrada em calcário em varanda



c) Cantaria de calcário, ferro forjado e vidro



d) Pormenor de motivos vegetalistas em calcário

Fig. 12 - Características da aplicação de cantaria

Fonte: autora 2011

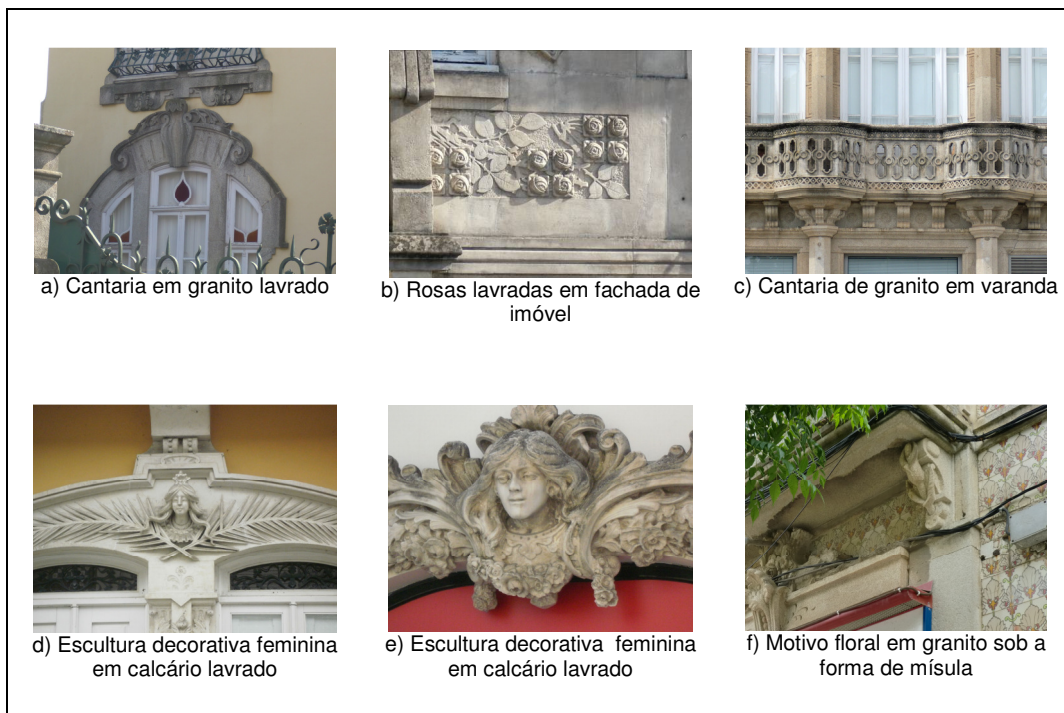


Fig. 13 - Características de cantaria lavrada

Fonte: autora 2011

A arte de aplicar: a ferraria, a azulejaria, os vitrais, a argamassa, pinturas e estuque, no património público ou privado constituem bem patrimonial e valor para a identidade cultural da região e, em determinados concelhos, surge como bem a preservar numa projecção fundamental de memória colectiva.

### 3.2.1. Núcleos Arte Nova em Aveiro

De acordo com alguns historiadores aveirenses, nomeadamente Amaro Neves [NEVES, 2000] e M<sup>a</sup> João Fernandes [FERNANDES, 2008], nesta região, a Arte Nova não contempla um formulário corrente a não ser de forma casual apresentando-se na maioria das vezes como fenómeno, expressão de superfície, decorativo e nunca de forma estrutural.

Segundo Amaro Neves, a introdução, implementação, aceitação e desenvolvimento da corrente Arte Nova no distrito de Aveiro e sua região foi demasiado tranquila, apenas com algumas achegas menos delicadas quer no meio do grupo de artistas da época quer ao nível da comunicação social [NEVES, 2000].

No final do século XIX inícios do XX, a conjuntura económica dos aveirenses não era muito diferente da do restante do país. A burguesia local, com um poder económico mais baixo que a de Lisboa ou Porto, não quis ficar alheia ao novo estilo artístico e arquitectónico. Assim, surgem as primeiras impressões deste movimento ao nível das fontes históricas. Segundo Amaro Neves, quer o jornal Campeão das Províncias quer o Povo de Aveiro, fazem várias referências (através de artigos), de uma forma depreciativa e trocista ao termo Arte Nova. Até 1906, nos jornais locais da época, não se encontrou qualquer referência abonatória à corrente. Quando surgiram as primeiras obras, os adjectivos usados para a caracterização eram vagos oscilando entre o *“bonito, elegante, lindíssimo ou excelente”*, igualmente utilizada para os imóveis tradicionalistas muito próximos da casa portuguesa. Durante os anos de 1906/7 há uma evolução dos termos aplicados à corrente: *“bom gosto, concepção e execução de qualidade, requinte social”*, numa afirmação incontornável da Arte Nova. Claro que, socialmente, esta corrente estava associada ao poder económico regional industrial, produção vitivinícola e comércio marítimo com as colónias. [NEVES, 2000].

É precisamente através dos intermediários viajantes relativamente conhecedores e atentos às novidades estrangeiras, que o movimento se estabelece não só na arquitectura mas nas artes decorativas, azulejaria, serralharia e louça doméstica. [NEVES, 2000].

Nesta região, o interesse estético e artístico a par da competição saudável entre os proprietários de imóveis da burguesia permitiu o prolongamento da constância da Arte Nova nos vários elementos decorativos.

Foi pela mão de artistas arquitectos como Francisco da Silva Rocha, Jaime Inácio dos Santos, Carlos Mendes, José de Pinho, Gustavo Ferreira Pinto Basto, Francisco Leandro Cardoso que foram criadas várias mansões dispersas um pouco por todo o distrito, com maior incidência nos núcleos urbanos.

O distrito de Aveiro foi *merecedor* da construção de obras destes artistas/arquitectos que com a fonte inspiradora nos artistas estrangeiros e alguma criação colocaram, *agora*, Aveiro e a sua região na Rota da Arte Nova em Portugal. (Criação da Rota de Korrodi, em Leiria e Rota da Arte Nova em Aveiro).

Na região de Aveiro são vários os núcleos de Arte Nova. Sem esquecer a linguagem artística, a sua essência arquitectónica, os exemplos e alguns muito ricos, estão



dispersos por toda a região aveirense. Destaque para os núcleos de Aveiro, Ílhavo, Espinho, Albergaria-a-Velha, Estarreja, Anadia, Mealhada, Murtosa, Águeda e Ovar.

De salientar o trabalho desenvolvido por Amaro Neves enquanto Presidente da ADERAV, cuja acção de defesa do património Arte Nova destaca-se adiante e o trabalho que surge nesta sequência.

É criado em 1999, o Roteiro Arte Nova de Aveiro, após o encontro “Aveiro Cidade Arte Nova”. A partir desta data surge um conjunto de acções no sentido do conhecimento e divulgação da Arte Nova, nomeadamente visitas guiadas pela cidade. Mas só a partir de 2006, e após o “Encontro Internacional Arte Nova Porta para o Futuro” e com a proposta de reabilitação da Casa Major Pessoa para nela se instalar o Museu Arte Nova, o Roteiro teve maior impacte na qualidade de oferta cultural e patrimonial.

O Roteiro é composto por placas identificativas dos edifícios que facilitam o reconhecimento do imóvel. Estão apenas marcados alguns imóveis mais representativos desta corrente. Além disso, as placas permitem a realização de circuitos pedonais autónomos pelos visitantes, podendo estes socorrer-se de pda's para obtenção de informação sobre cada ponto. Os equipamentos estão disponíveis no museu Arte Nova e são um dos seus recursos museológicos e educativos [5].

Em 2007 foi criada a Rede Nacional dos Municípios Arte Nova composta por 11 parceiros: Aveiro, Leiria, Caldas da Rainha, Estarreja, Figueira da Foz, Ílhavo, Lisboa, Loures, Porto e Vila Nova de Gaia [6].



Fig. 14 - Placa identificativa dos imóveis integrados na colecção Arte Nova

Fonte: autora 2011

Propõe-se aqui o alargamento desta metodologia aos municípios que apresentem exemplares Arte Nova de excelente qualidade ao nível dos seus recursos identificativos, nomeadamente aos núcleos de Albergaria-a-Velha, Espinho, Mealhada e Anadia. Esta proposta, irá ao encontro da criação de identidade cultural de uma região implantada à beira mar e que por razões económicas e culturais.

Foi elaborado um pequeno levantamento dos imóveis de 13 concelhos tendo como base os aspectos decorativos arquitectónicos no formulário da Arte Nova Aveirense. Não foi possível realizá-lo de forma exaustiva. No entanto, contabilizou-se cerca de 160 exemplares. Incluem-se pequenos registos que se consideram exemplares únicos e de forte expressão artística no contexto local, edifícios completos, globais, públicos e privados. Com este levantamento não se pretende o inventário na acepção da palavra, mas sim perceber em que moldes o património foi preservado, recuperado e divulgado após a publicação da primeira obra sobre Arte Nova em Aveiro e respectivos trabalhos publicados nomeadamente na Revista da ADERAV. Para isso, realizou-se também um inquérito dirigido aos municípios do distrito de Aveiro. Um dos objectivos era tentar perceber qual o interesse adoptado pelo poder político e que recursos apresenta no âmbito da preservação e conservação deste património construído.

Quantitativamente, o núcleo da sede de distrito apresenta o maior número de exemplares com 44, seguido de Espinho com 26 exemplares, Ílhavo com 23, Ovar com 17, Estarreja apresenta 15 e Albergaria 10, Águeda 8 exemplares, Mealhada e Anadia apontam para 3/4 exemplares, Vale de Cambra e Vagos apenas 1 um modelo.

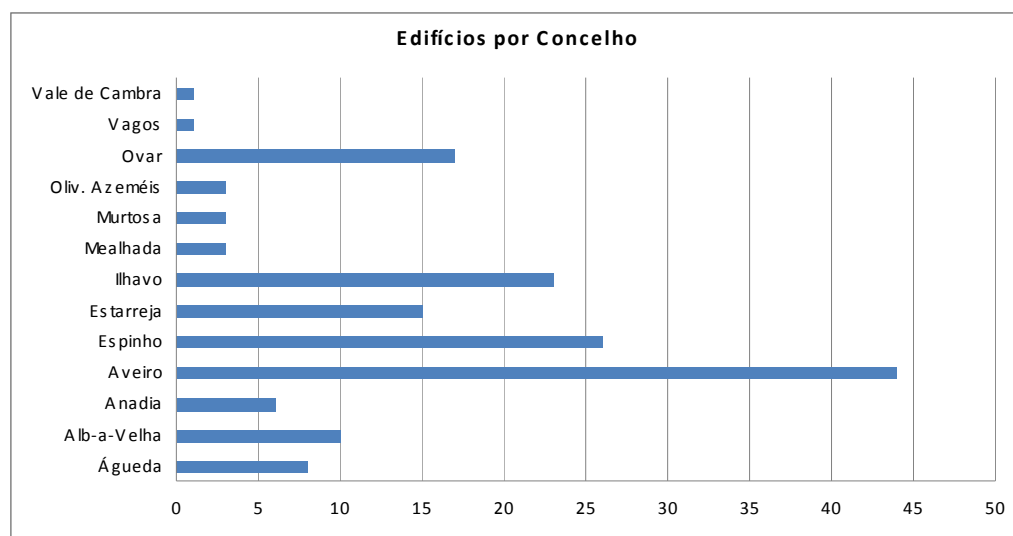


Gráfico 1 - Gráfico quantitativo da distribuição de imóveis de pendor Arte Nova

No âmbito das exigências de um quadro artístico, arquitectónico e decorativo de Arte Nova, a cidade de Aveiro é por excelência o núcleo artístico e decorativo.

### 3.2.1.1. Núcleo de Aveiro

Durante largas décadas, o património edificado da zona mais antiga da cidade foi objecto de abandono, desleixo, descuido por parte dos proprietários, entidades locais, aliadas quer à especulação imobiliária, quer a falta de recursos e apoios económicos para a recuperação e preservação de tão vasto e rico património.

Na cidade de Aveiro, para além da vida que o mar e ria oferecem, a zona do Rossio é aquela que apresenta um conjunto homogéneo de imóveis Arte Nova. A rua João Mendonça com a Casa dos Ovos Moles, a Casa Mário Pessoa actual Museu Arte Nova e a Cooperativa Agrícola são postais da Arte Nova aveirense.



Fig. 15 - Fachada da retaguarda do Museu Arte Nova  
Fonte: autora 2011

O traço homogéneo deste conjunto está patente na volumetria, proporcionalidade arquitectónica (2/3 pisos e mansarda); na aplicação de ferro forjado elegantemente trabalhado nos motivos florais, nas linhas profundas e ondulantes, nos caules entrelaçados e cantaria finamente lavrada. Onde não faltam as figuras femininas, os motivos de fauna e flora da natureza nos suportes regionalistas.



Também a estrutura arquitectónica apresenta um jogo na fachada que oscila entre janelas, vãos e varandas numa simetria contemplativa, imaginativa e interpretativa.

Pela cidade estão dispersos edifícios de qualidade artística e cultural, nomeadamente o actual Tribunal de Menores na rua Eça de Queirós nº13/15. Este apresenta uma conjugação de materiais de qualidade excelente e bom gosto; a casa de Silva Rocha; a casa da Fundação Jacinto de Magalhães; a fachada da casa das 4 Estações, entre outros. Num formulário revivalista, destaca-se a casa Arte Nova na rua dos Remadores Olímpicos. A conjugação de materiais contemporâneos, os motivos marítimos o destaque do bloco central com pormenores como óculos, provocam acesa polémica envolta do revivalismo da Arte Nova.

#### **3.2.1.2. Núcleo de Ílhavo**

Ílhavo é um pequeno núcleo populacional que se desenvolveu ao longo da Avenida Principal.

Amaro Neves refere: “Alguns quilómetros de extensão são necessários para atravessar esta «vila maruja», cujo casario sendo comedido em altura e volume, mantém um sadio equilíbrio urbano. São apontamentos de beleza no património construído as ricas vivendas da viragem do século - resultantes de capitais acumulados com a pesca do bacalhau e o colonialismo – que se ergueram, sobretudo, na zona sul e poente da vila, algumas delas de sabor claramente revivalista arte-nova, a par com outras diferenciadas que, conjunto, mantêm a sua individualidade em áreas urbanizadas afastadas do centro. Entre elas, uma bela fachada na via principal, á direita de quem entra na vila, propriedade da família Vaz, a qual não sendo grande nem aparatosa, é justamente pela harmonia entre a estrutura e as artes decorativas que nos sugere esta citação” [7].

Esta cidade com forte tradição nas viagens pelas cidades da Europa, América, devido à intensa actividade económica, que pela força do trabalho perceberam a nova corrente artística internacional da Arte Nova e para aqui vieram implementar. A forma de mostrar o que de novo havia noutras paragens fez-se sentir essencialmente ao nível das fachadas dos prédios.

Para além de um conjunto significativo de obras com algum relacionamento arquitectónico com as de Aveiro, pode encontrar-se nesta cidade maruja uma diversidade enorme de apontamentos Arte Nova desde fachadas de casa a portões,



janelas, portas, azulejaria que embeleza as fachadas e frisos que contornam as cantarias e painéis azulejares.

De forma muito particular Ílhavo, curiosamente, apresenta um vasto e riquíssimo conjunto de património azulejar que importa registar. Independentemente dos imóveis pertencerem a correntes artísticas diferenciadas, as aplicações de azulejo estão patentes em quase todas as casas.



Fig. 16 - Vila Africana  
Fonte: autora 2011

A Vila Africana situada na avenida principal de Ílhavo, pelo conjunto excepcional da gramática Arte Nova e pelo excelente estado de conservação deveria ser proposta a sua classificação. Da autoria de José Pinho, esta proposta é refutada por M<sup>a</sup> João Fernandes e foi construída entre 1911-1917.

No que concerne à preservação do património, numa das visitas à cidade, encontra-se algumas vivendas de pendor Arte Nova, algumas recuperadas, outras em pleno abandono. Exemplo disso, é o caso da Vivenda na Rua das Ribas, que, em 1997, estava em bom estado de conservação e no presente está ao abandono completo, Vila Cecílio; já nos imóveis recuperados, destaca-se a Vila Vieira.

Desconhecem-se as razões para o abandono deste património. A responsabilidade social e cultural e o dever de cidadania em defesa do património cultural e histórico poderão ser equacionados.

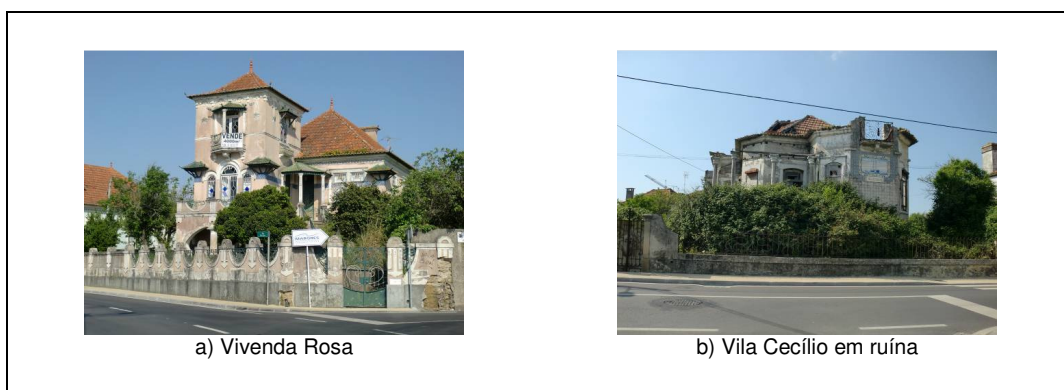


Fig. 17 - Estado actual de conservação de exemplos de imóveis em Ilhavo

Fonte: autora 2011

### 3.2.1.3. Núcleo de Espinho

Espinho é uma cidade balnear e muito próxima da cidade do Porto. Naturalmente as influências estrangeiras foram mais fortes. Presentemente, existem duas ruas com grande potencial artístico e decorativo e que poderia ser incluído no Roteiro Arte Nova. Destaca-se as Ruas nº 8 e 19, na primeira com a obra de Silva Rocha – o Sporting Clube de Espinho; na segunda, a casa nº 745, nº 293/295, Cristo rei, entre outros exemplos. Longe delas, merecem destaque quer pela qualidade artística quer decorativa o Palácio da Pena em perfeito estado de degradação e a Antiga Academia de Música, já em fase de obras de recuperação.



Fig. 18 - Palácio da Pena

Fonte: autora 2011

Neste núcleo, com prosperidade económica, são vários os exemplos que de certa forma, se preservaram ao longo do tempo e mantêm a originalidade e funcionalidade de então. Aponta-se o caso da Vila Natália (1923), o Palacete Azul, que apesar de não

se conseguir datar é nítida recuperação e ainda outros bons exemplos de excelente recuperação espalhados pela cidade.



Fig. 19 - Palacete Azul  
Fonte: autora 2011

No que diz respeito à propriedade horizontal parece inevitável a necessidade de alertar para a recuperação, reutilização e revitalização. A Rua 19, a de maior concentração comercial e serviços, surgem exemplos cujo rés-do-chão apresenta obras de recuperação, com grandes e desfiguradas alterações. No entanto, o 1º piso está despojado de qualquer recuperação.

Perante o esforço realizado pelas suas congéneres, a cidade de Espinho tem mostrado preocupação na conservação e divulgação da corrente Arte Nova. Tem realizado alguma divulgação, nomeadamente através de acções pedagógicas e culturais como passeios pedestres, colóquios, com o intuito de alertar para a necessidade do conhecimento da Arte Nova e consequentemente para o sentido da conservação, preservação do património cultural, artístico e arquitectónico.

#### **3.2.1.4. Núcleo de Albergaria – a – Velha**

A actual a cidade de Albergaria-a-Velha na sua caracterização mais simples é local de passagem para a ligação aos pontos estratégicos comerciais da zona centro e espaço de forte empreendedorismo industrial e económico.

Albergaria-a-Velha aponta dentro da temática de globalidade, a coexistência de várias matérias - cantaria delicadamente elaborada com muito requinte e leveza, azulejaria padrão, e painel e ferro forjado. O exemplo que se destaca é a Casa do Dr. Albuquerque Pinho (AL03), que segundo M<sup>ª</sup> João Fernandes, é da autoria de Silva Rocha, a Casa Amarela (AL02) e Vila Francelina (AL01) ambas em Frossos: com

relevo para a proporcionalidade, elegância exterior onde se distingue a janela de influência serliana, das últimas.



Fig. 20 - Casa Amarela em Frossos

Fonte: autora 2011

De forma muito peculiar, existe uma semelhança em termos arquitectónicos e em relação a recurso de materiais entre a casa Amarela de Frossos e o actual Tribunal de Menores em Aveiro. Ambas apresentam grande volumetria, nomeadamente no número de pisos, serralharia, cantaria e friso azulejar. Coloca-se a hipótese de a Casa Amarela ser ou uma imitação ou ser o mesmo projectista (Jaime Inácio dos Santos) [8], uma vez que o proprietário original era comodoro da Marinha e residente em Aveiro.

Elege-se nesta recente cidade 10 exemplos dignos de registo com destaque para a Vila Francelina.

#### **3.2.1.5. Núcleo de Ovar**

A cidade de Ovar, numa extensão da zona de Espinho em direcção a sul, desenvolve-se num micro centro populacional, que se estende por várias ruas estreitas muito ricas num património azulejar valiosíssimo.

O seu desenvolvimento socioeconómico está associado, obrigatoriamente, à proximidade do mar e da Ria, à fertilidade do solo e à planura da região.

Economicamente ligada à actividade piscatória bem como à arte pelo revestimento e embelezamento das fachadas.

Quem percorre a cidade de Ovar fica com a nítida sensação de que entrou numa peça de teatro onde os cenários estão sempre a mudar e com uma riqueza decorativa verdadeiramente extraordinária. O gosto nítido nas decorações das fachadas das habitações é algo que é premente preservar.

À semelhança de Ílhavo, quase todas as casas da zona mais antiga apresentam nas fachadas elementos decorativos expressivos da Arte Nova através da azulejaria. Existe um vastíssimo e variado conjunto de azulejos que muitas vezes se misturam numa parede com 3/4 exemplares distintos.

Também a serralharia, já menos desenvolvida, destacada na globalidade, permanece com a função estética e funcional. Mas de facto o que sobressai nesta paisagem urbana de gente vareira é o seu património arquitectónico e artístico azulejar que se encontra em cada edifício.



Fig. 21 - Miscelânea de azulejaria

Fonte: autora 2011

Para valorizar, salvaguardar e preservar o património cerâmico desta cidade que é conhecida como “Cidade-Museu do Azulejo”, foi criado em 2000, o Atelier de

Conservação e Restauro de Azulejo (ACRA) da Câmara Municipal de Ovar, iniciando-se, desde então, o desenvolvimento de estudos no âmbito dos materiais e técnicas tradicionais, bem como o planeamento de um conjunto variado de acções e medidas de salvaguarda e preservação.

Elegem-se aqui 17 edifícios de pendor Arte Nova. Em todos, há a conjugação de vários elementos de expressividade da corrente: azulejaria, serralharia e cantaria.

Do conjunto, o destaque vai para a casa na rua Elias Garcia nº 93 que remonta a 1894 e que apresenta a platibanda e frontão de granito elegantemente trabalhada a par de um friso de azulejo deslumbrante de pendor Arte Nova.



Fig. 22 - Frontão da casa da R. Elias Garcia

Fonte: autora 2011

Também o edifício nº 20 da rua Abel Salazar merece ser referenciado pelos frisos com motivos florais de tons quentes e o gradeamento que se destaca pelo bom gosto decorativo.

Ao nível da volumetria, o cenário repete-se: no centro urbano os imóveis apresentam 2/3 pisos e, à medida que nos deslocamos para a periferia, vulgariza-se 1 piso com ou sem cave elevada.

### 3.2.1.6. Núcleo de Estarreja

Em Estarreja o núcleo arquitectónico e artístico Arte Nova é diversificado, elaborado e rico. Esta cidade está ligada ao Nobel da Medicina Egas Moniz que aqui impulsionou também a indústria leiteira actual Nestlé.

Uma vez mais o poder económico está intimamente ligado à capacidade de projectar habitações de qualidade arquitectónica, artística e cultural. Ernesto Korrodi projecta em 1915, sobre as ruínas de um edifício do século XVIII, a nova casa da família Egas Moniz [9]. “Apresenta uma estrutura arquitectónica de características ecléticas, o que se estende ao interior. Com referências à Arte Nova, foi concebido de acordo com a tradição portuguesa do «bom gosto». Sintetizando um programa que, englobando alguns elementos dos edifícios que Korrodi usualmente projectava para a cidade, se relaciona com a procura de um tipo de habitação regional. Numa das fachadas, destaca-se um painel de azulejos, de Jorge Colaço [10], alusivo ao primitivo nome do imóvel. A Casa Museu Egas Moniz (...) está aberta ao público desde 1968 e incorpora uma riquíssima colecção de pintura (desde a pintura flamenga barroca à pintura naturalista portuguesa), de cerâmica (da Companhia das Índias à Vista Alegre até à cerâmica oriental), de mobiliário, pratas, etc. Há ainda a referir a vasta colecção do espólio de Egas Moniz.

Neste núcleo, não se pode deixar de referir outro extraordinário imóvel de Arte Nova: o Palacete da Casa de Francisco Maria Simões em Salreu. Da autoria de Francisco da Silva Rocha, é uma das obras mais emblemáticas e bem elaboradas deste projectista, não só pela construção imponente, eloquência, desenhos de proporcionalidade, simetria, mas também pelo engenho na composição decorativa das fachadas, pela aplicação e conjugação de materiais delicadamente elaborados e pensados numa “primavera eterna.” [11]

A conjugação do ferro forjado e da cantaria na sua laboriosa composição das fachadas é talvez, após a casa de Mário Pessoa, o imóvel mais fascinante desta conjugação. Com a ausência de figuras faunísticas a multiplicação de rosas é uma constante de verdadeira fonte inesgotável de beleza eterna numa continuidade entre os materiais e fonte de inspiração interpretativa igualmente inextinguível.

Dentro do núcleo urbano de Estarreja, encontram-se outros exemplos de arquitectura elegantemente criada e que se enquadram nesta corrente. Inseridos num ambiente urbano, todos os edifícios no núcleo central apresentam 2/3 pisos e curiosamente na extensão da EN 109, existe um conjunto de casas apalaçadas merecedoras de uma





análise pormenorizada. São imóveis, palacetes de influência brasileira onde o pendor Arte Nova está bem patente.

#### **3.2.1.7. Núcleo da Bairrada**

A sul da cidade de Aveiro cria-se o núcleo dos municípios de Anadia, Mealhada e Oliveira do Bairro, com registo de Arte Nova.

A falta de registos não implica necessariamente a falta de qualidade. Nesta região, apesar da falta notória de exemplos, a sua qualidade no formulário é merecedora de destaque.

O poder económico estava intrinsecamente ligado não só à produção vitivinícola mas também às qualidades das águas termais da região da Curia. A região assume-se como pólo de forte tradição turística associada ao Palace-Hotel do Buçaco e posterior construção de chalets, pensões, hotéis de qualidade, recursos de apoio aos benefícios das águas termais. Na Cúria, a qualidade arquitectónica estava explícita nas construções dos arquitectos Raul Lino, Norte Junior [NEVES, 2000].

Em Anadia, encontra-se a casa de Justino Sampaio Alegre, actual BANIF, cuja data de construção remonta a 1909. Imóvel de excelente qualidade decorativa numa linguagem Arte Nova. Apresenta-se repartido em 5 fachadas simétricas, com colunas robustas encimadas por um belo trabalho de papoilas entrelaçadas em calcário, painel de azulejos, cantaria robusta e singela com motivos florais estilizados com predomínio dos tons verdes e rosa, com flores, papoilas entrelaçadas e a figura feminina a dominar o painel, [NEVES, 2000].

O palacete do artista José Cid é outro emblemático imóvel situado em Mogofores. Palacete de estilo francês que apresenta miradouro e azulejaria da corrente arte nova. O gradeamento das sacadas e portão em ferro forjado são dignos desta corrente e figura-se entre os melhores apontamentos decorativos da arte nova da região de Aveiro. Destaque para o bloco central do palacete e simetria superior das janelas ao nível dos pisos [NEVES, 2000].

Na Mealhada, encontra-se o imóvel da farmácia Miranda, exemplar de excepcional qualidade cuja fachada apresenta um jogo de azulejaria e cantaria calcária com motivos vegetalistas.



Na região da Bairrada, existem bons edifícios exemplares de Arte Nova e Art Déco que estão dispersos pela região, no entanto não fazem parte do Roteiro Arte Nova de Aveiro, reparo que aqui se deixa.



Fig. 23 - Construção Art Déco em Sangalhos

Fonte: autora 2011

## 4. Caso de Estudo – Vila Francelina

“O objectivo da conservação dos monumentos e dos edifícios com valor histórico, que se localizem em meio urbano ou rural é o de manter a autenticidade e integridade, incluindo os espaços interiores, o mobiliário e a decoração, de acordo com o seu aspecto original. Tal restauro requer um “projecto de restauro” apropriado, que defina os métodos e objectivos. Em muitos casos requer-se ainda, um uso apropriado para os monumentos e edifícios com valor histórico compatível com os seus espaços e significado patrimonial. As obras em edifícios com valor histórico devem analisar e respeitar todas as fases construtivas pertencentes a períodos históricos distintos.” [12]

### 4.1. Descrição do imóvel



Fig. 24 - Vila Francelina

Fonte: autora 2011

A Vila Francelina está inserida na Quinta com o mesmo nome na aldeia de Frossos - uma das oito freguesias do Concelho de Albergaria-a-Velha. Dista da sede de concelho cerca de 15Km e de Aveiro 9km. Com cerca de 8 hectares, a Vila Francelina está

implantada em espaço rural rodeada de árvores numa envolvente de isolamento urbanístico e sobranceira à Pateira de Frossos em zona de reserva ecológica de passagem de aves migratórias tais como garças, patos, limícolas, cegonhas, águias. O acesso rodoviário é feito através da estrada EN230 que liga Angeja-Frossos - S. João de Loure, sempre junto à bacia do Rio Vouga.

Este imóvel foi mandado construir por Joaquim Nunes Sequeira, e até ao momento não foi possível detectar o autor desta magnífica criação da Arte Nova. No entanto, envidam-se esforços na pesquisa histórica e documental.

No sentido de encontrar o autor da Vila Francelina procedeu-se à análise de vários monumentos da corrente Arte Nova e de vários arquitectos/desenhadores e concluiu-se que este terá tido o traço do arquitecto Ernesto Korrodi com acompanhamento de Silva Rocha pelas seguintes razões:

- O primeiro proprietário desta casa Joaquim Nunes Sequeira [13] mantinha amizade com Korrodi;
- No formulário Arte Nova, a decoração e talhe dos vãos destas janelas elegantemente trabalhadas e já com uma certa leveza e abertura tendem para a tipologia do traço de Silva Rocha (veja-se as janelas do Restaurante Ferro, a Casa de Sá nº3-5; casa de Pompeu Osório em Aveiro);
- O friso de azulejos existente na fachada da Vila Francelina é o mesmo que está aplicado na Vila Maria, obra de Korrodi.

Na obra de Lucília da Costa, sobre a vida e obra de Ernesto Korrodi na qual apresenta todos projectos do arquitecto não há qualquer referência a esta obra.

Relativamente à data apontada para a construção do imóvel oscila entre 1897-1905, rejeita-se pelo simples facto de ainda não ter sido encontrado qualquer documento que comprove a data.

A propriedade onde está inserida a Vila Francelina [14] é composta por uma envolvente rural, com uma área agrícola com cerca de 1hectar e por 7 hectares de área florestal constituída por pinheiros, eucaliptos, plátanos e outras espécies de árvores de grande porte e jardins. Existem duas garagens desanexadas da casa e uma eira com alpendre situado numa zona mais elevada da propriedade. Possui uns anexos onde existe um forno a lenha, alfaias agrícolas e antigos currais de guarda de gado. Existe ainda uma nascente de água com mina que abastece a casa e um poço para rega da propriedade.

O imóvel de arquitectura civil de planta quadrada é composto por três pisos numa volumetria homogénea com simetria de janelas e frontão, 4 vigias, 11 assoalhadas, 2 casas de banho, cozinha e garrafeira. A construção por pisos tem a seguinte descrição: rés-do-chão, duas janelas laterais em três paredes, uma porta principal trabalhada em talha de madeira e duas portas de acesso na parede traseira da casa. No 1º piso, existem duas janelas em cada parede tendo a fachada principal uma janela grande, varanda serliana com pedra finamente trabalhada em calcário com motivos florais, colunas com capitéis elegantemente lavrados característicos da Arte Nova. No 2º piso existe quatro vigias de janelas grandes rematadas em arco, com varanda e ferro forjado de características de “Arte Nova”, cunhais no mesmo material e elementos decorativos da corrente. O remate das janelas é simétrico e diferente em cada piso.

A fachada principal da casa é guarnecida com um friso azulejar policromático de base azul com ramagens, caules e flores entrelaçados numa mistura de preenchimento no formulário Arte Nova, rematados por friso do mesmo estilo e as janelas protegidas na pedra calcária. No segundo piso, salienta-se ainda o conjunto de porta e duas janelas, a primeira envolvida em duas colunas compostas por capitel com motivos florais e todo o conjunto é arrematado por elementos ornamentais. A varanda serliana de caixilhos de madeira de cor castanha é rematada por vitrais aplicados na fachada em cor verde, azul e castanho. A porta apresenta um gradeamento de ferro forjado na mesma orientação decorativa do portão principal da propriedade. A amparar a janela da vigia da fachada principal estão dois cachorros cujos elementos decorativos são predominantemente de ordem vegetal. Também é de destacar o uso de cunhais na base da construção.

Outro elemento principal na fachada são os azulejos do friso em “Arte Nova” a evidenciar o conjunto arquitectónico e do lado direito o nome da Casa “VILA FRANCELINA” da Fábrica Aveiro Aleluia.

A envolver a casa existe uma imponente escadaria de calcário em bom estado de conservação ladeada por grades de ferro forjado igualmente “Arte Nova”, onde se destacam os florões e caules invertidos.

O elemento mais importante deste imóvel é, sem dúvida alguma o seu interior: as divisões para a vivência social e conforto doméstico apresentam o motivo maior de interesse artístico e cultural, bem como as pinturas murais e tectos. Se algumas pinturas murais fazem alusão a paisagens concretas, sem qualquer dificuldade

interpretativa: paisagens edénicas e locais, como por exemplo o Bico da Murtosa, existem outras que apresentam dificuldade na interpretação como por exemplo o Castelo. Não sabendo o que pode representar mas tendo em conta a ligação a Leiria tudo indica que será o Castelo de Leiria ainda antes da intervenção de Korrodi. Também as actividades alusivas às actividades da pesca e caça estão representadas. Todas as pinturas estão envolvidas em cercadura de ramagens e flores características da Arte Nova. Já nos tectos encontram-se motivos florais e um pássaro cuja identificação ainda não foi possível apurar.

A escadaria do interior da casa é em madeira com gradeamento do mesmo material mas de pouca influência deste estilo.

O chão do imóvel é em madeira e existe uma assoalhada em que o mesmo é pintado com cores preto e vermelho de forma geométrica com cercadura e elemento decorativo numa metáfora de movimentos marítimos ondulantes.

No rés-do-chão, as áreas de serviço, naturalmente, são revestidas a azulejo/mosaico contemporâneo da construção. A cozinha apresenta o revestimento das paredes em azulejo monocromático de base branca sobre azul; o chão em mosaico em tons quentes e geométricos.

#### **4.2. Proposta de recuperação para Turismo de Habitação**

O proprietário apresentou um projecto de recuperação da casa com vista à sua utilização para Turismo em Espaço Rural (TER) sob a modalidade de Turismo de Habitação. Para isso contou com uma equipa multidisciplinar de arquitectos, engenheiros civis, engenheiros do ambiente, paisagísticos, técnicos especializados em iluminação, decoradores, entre outros. O imóvel não apresentava grandes danos ao nível da estrutura apresentada apenas pequenas danificações ao nível de fissuras. No entanto para cumprir os objectivos legais, havia factores e imperativos legais que tinham de ser cumpridos uma vez o imóvel enquadrava-se no Turismo de Habitação.

O projecto compôs-se assim de dois momentos de intervenção:

A – Recuperação do imóvel

Para se dar início à recuperação do imóvel foi necessário a realização de diagnóstico das componentes do imóvel e detectaram-se as seguintes necessidades: intervenções



de acordo com as necessidades de cada compartimento respeitando a unidade artística e arquitectónica do imóvel.

Tendo em conta estes aspectos foram aplicadas as seguintes medidas:

- Recuperação da casa de modo a ficar com 3 quartos com casas de banho privativas;
- Renovação completa da cozinha e garrafeira;
- Recuperação dos anexos para a utilização de 7 quartos com casas de banho individuais;
- Execução de um telhado novo com substituição de alguma estrutura;
- Recuperação de toda a caixilharia das janelas e portadas em madeira e substituição de fechaduras e puxadores;
- Renovação da canalização para a cozinha e casas de banho;
- Instalação eléctrica nova;
- Instalação da rede de telefones e cabos de televisão;
- Recuperação dos painéis pintados à mão e pinturas das paredes;
- Arranjo dos tectos em gesso com as respectivas pinturas;
- Aquecimento central e execução de duas lareiras novas;
- Adaptação dos quartos para montagem de roupeiros;
- Sistema de alarme das várias divisões da casa.

#### B – Arranjo da zona envolvente

A envolvente do imóvel é fundamental para a sua sustentabilidade, não só por que estamos perante uma entidade particular, mas porque a sua recuperação é uma mais-valia para o turismo que cada vez mais procura espaços de lazer aliados ao conforto e cultura. Um dos aspectos a ter em conta no esforço da recuperação da envolvente tende a ver com a proximidade e integração da Pateira de Frossos na Rede Natura 2000 e presentemente inserida no Programa Polis.

Pretendeu-se o rearranjo de toda a zona envolvente da casa e da propriedade.

O projecto constou então das seguintes propostas:

- Execução de jardins com calçada em pedra de ladrilho de passeio;
- Execução de rua em calçada portuguesa de acesso às garagens e à casa de habitação;



- Terraplanagem para alargamento do acesso à casa e execução de um parque de estacionamento de viaturas;
- Recuperação das garagens existentes e execução de um parque de estacionamento aberto, para o mínimo de dez lugares;
- Vedação com muro à volta da propriedade e montagem de gradeamento e dois portões em ferro;
- Recuperação do gradeamento em ferro existente;
- Execução de uma piscina com todas as infra-estruturas necessárias;
- Execução de um campo de ténis e minigolf;
- Execução de uma escada em calçada de acesso à eira, à futura piscina e ao campo e ténis;
- Recuperação das casas anexas (ferramentaria, currais, etc.) de apoio à casa principal;
- Montagem de um sistema de rega automático para os jardins;
- Plantação de pomar e outras árvores com sistema de rega gota a gota;
- Iluminação dos jardins com candeeiros antigos (em ferro) e projectores de iluminação da casa principal;
- Limpeza de toda a área florestal.

### 4.3. Descrição actual

Neste processo de recuperação, revitalização e reutilização deste património arquitectónico e artístico, todas as intervenções feitas pelo proprietário (Eng.º António Laranjeira de Pinho), foram no sentido de manter a traça e os elementos característicos da Vila, nomeadamente na recuperação dos frescos do átrio da casa, os tectos em gesso perfeitamente pintados e o pormenor de não repetir o fresco em cada divisão.

No rés-do-chão, as áreas de serviço, não houve alteração do pavimento mantendo-se o original.

A completar o complexo turístico existem duas garagens desanexadas da casa convertidas em salas de jogos, uma adega com lagar também convertida em sala de jogos e uma eira com alpendre situada numa zona mais elevada da propriedade onde neste momento se situa a piscina.

Possui uns anexos com quintal onde existe um forno a lenha, cuja boca é em granito podendo ainda hoje ser utilizado. Os antigos currais de guarda de gado foram





convertidos em equipamentos de apoio ao turismo, nomeadamente lavandarias e casa das máquinas.

A adega recuperada tem um lagar e utensílios de apoio à produção vinícola e ferramentaria agrícola e piscatória. Este espaço poderá a vir ser, segundo o proprietário, um espaço de um futuro núcleo museológico no âmbito da agricultura e pesca tradicionais exercidas na Pateira de Frossos e na região.

Do conjunto do imóvel em estudo, em termos culturais e arquitectónicos, o de maior relevo é sem dúvida a casa principal. São irrefutáveis os diversos apontamentos interiores e exteriores que lhe conferem valor histórico e artístico, apresentados nesta dissertação.

A Casa da Vila Francelina tem como elemento principal os elementos Arte Nova que estão patentes na sua construção e decoração.

No início do século XXI, foi ainda construído um anexo revestido a pedra granítica também característica da zona, com vários quartos de apoio ao turismo perfeitamente enquadrado, uma piscina e campo de ténis.

O investimento realizado na perspectiva da recuperação, reutilização e revitalização do imóvel na globalidade era o fito do proprietário.

A sua recuperação coloca o proprietário na dianteira, em termos locais, como um dos homens que acredita no sonho: que recuperar um imóvel expressivo de uma época e sociedade. Se este for devidamente explorado, será uma mais-valia não só para quem o visita e usufrui, mas para toda a comunidade em geral.

O proprietário assume a atitude de preservar a memória colectiva e a herança mantendo a função que se adequa à original, *instância de verão* e ao mesmo tempo, oferece ao seu público-alvo duas possibilidades diferentes de viver momentos inesquecíveis:

- O turista e/ou visitante tem a possibilidade de descansar na casa principal, reviver momentos do início do século XX, numa ausência de tempo, sem perda de conforto o que é exigido aos promotores turísticos.
- Pode ainda e também ocupar espaços mais modernos beneficiando dos recantos da casa principal sempre que lhe apetecer.

#### 4.4. Comentário final

Neste complexo habitacional, existem espaços estanques, bem diferenciados entre a casa mãe e as novas instalações: o elo de ligação entre ambos é as pinturas murais que são o atractivo cultural para o aumento da taxa de ocupação do imóvel.

Embora não seja objecto deste estudo, pode assinalar-se que a taxa de ocupação turística, oscila entre os meses de Julho/Setembro com um público preferencialmente estrangeiro: espanhol (85%), português (10%) e nórdico (5%).

A dinâmica de sustentabilidade da instância turística, porém, não se resume apenas à ocupação turística. São, também, realizadas acções pontuais que mantêm o espaço dinâmico, nomeadamente encontros de empresas, festas de aniversário, convívios, etc.

Subsistem outro tipo de acções que se podem realizar em parceria com todos os agentes desde as entidades locais e regionais nomeadamente as Escolas, Grupos Culturais e entidades municipais.

Nesta dinâmica está presente a conexão natural e necessária entre o património cultural, o património natural, ambiental e ecológico como factores que podem potenciar ainda mais o desenvolvimento empresarial, com grandes possibilidades de favorecer a coesão económica, social e cultural, mesmo de regiões afastadas dos grandes centros.

No âmbito da preservação, conservação e restauro do património construído, este é um bom exemplo pelas seguintes razões:

- O património cultural construído é de fácil compreensão porque está inserido em espaço original, sem alteração no ambiente e paisagem;
- O mesmo mantém a continuidade da funcionalidade para que foi originalmente construído;
- Não sofreu alterações profundas, apenas de conservação e restauro de medidas estruturais que não interferiram na informação essencial a transmitir.

No sentido da valorização institucional do imóvel, o processo de classificação iniciou-se a pedido do proprietário em 2002 e em 2010 conclui-se a tramitação de classificação do imóvel na categoria de Monumento de Interesse Municipal.

Como critérios de classificação adoptaram-se os previstos na Lei de Bases do Património e posteriormente estudou-se a possibilidade de delimitação de uma ZP



(Zona de Protecção) ao abrigo do DL 309/2009, de 23 de Outubro. De acordo com a informação técnica a Câmara pronunciou-se sobre a não delimitação de Zona de Protecção.



4.4.1. Aspectos exteriores da Vila Francelina



Fig. 25 - Vários Alçados

Fonte: Autora 2011



Fig. 26 - Aspectos gerais de todas as fachadas da Vila Francelina

Fonte: Autora 2011



Fig. 27 - Pormenores da fachada principal - 1

Fonte: Autora 2011



Fig. 28 - Pormenores da fachada principal – 2

Fonte: Autora 2011

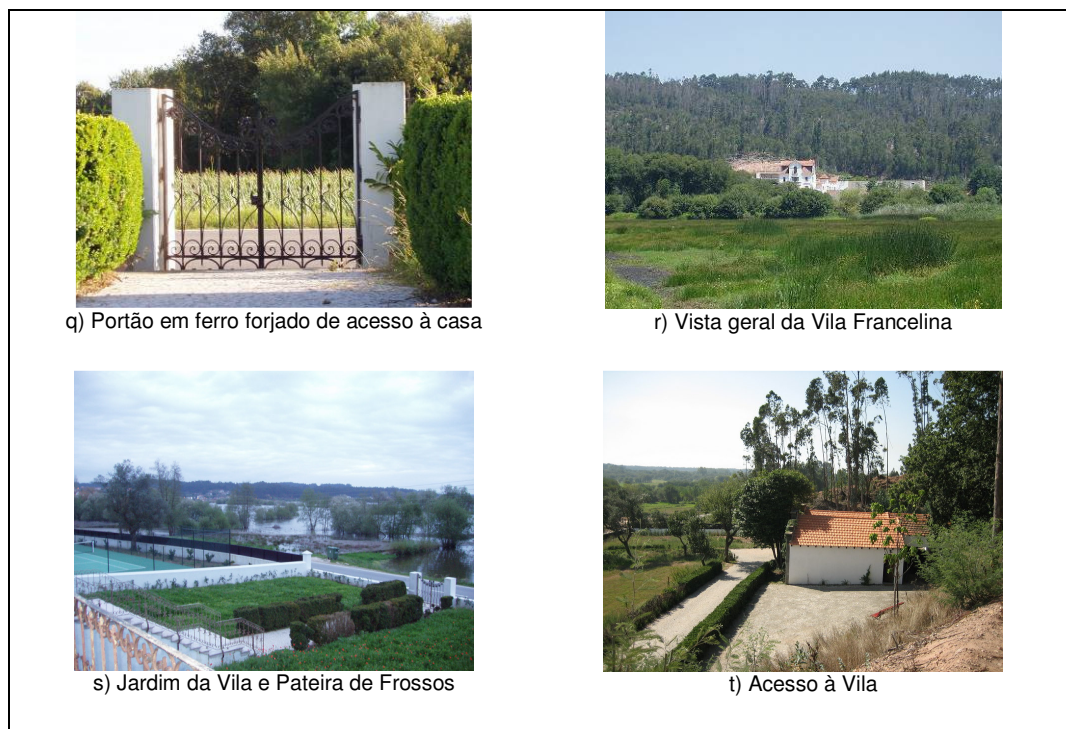


Fig. 29 - Acessos à propriedade

Fonte: Autora 2011

4.4.2. Aspectos interiores da Vila Francelina



Fig. 30 - Átrio da casa

Fonte: Autora 2011



Fig. 31 - Pinturas dos espaços sociais - 1

Fonte: Autora 2011





Fig. 32 - Pinturas dos espaços sociais – 2

Fonte: Autora 2011



Fig. 33 - Aspecto dos corredores

Fonte: Autora 2011



Fig. 34 - Frisos das pinturas da sala e átrio

Fonte: Autora 2011

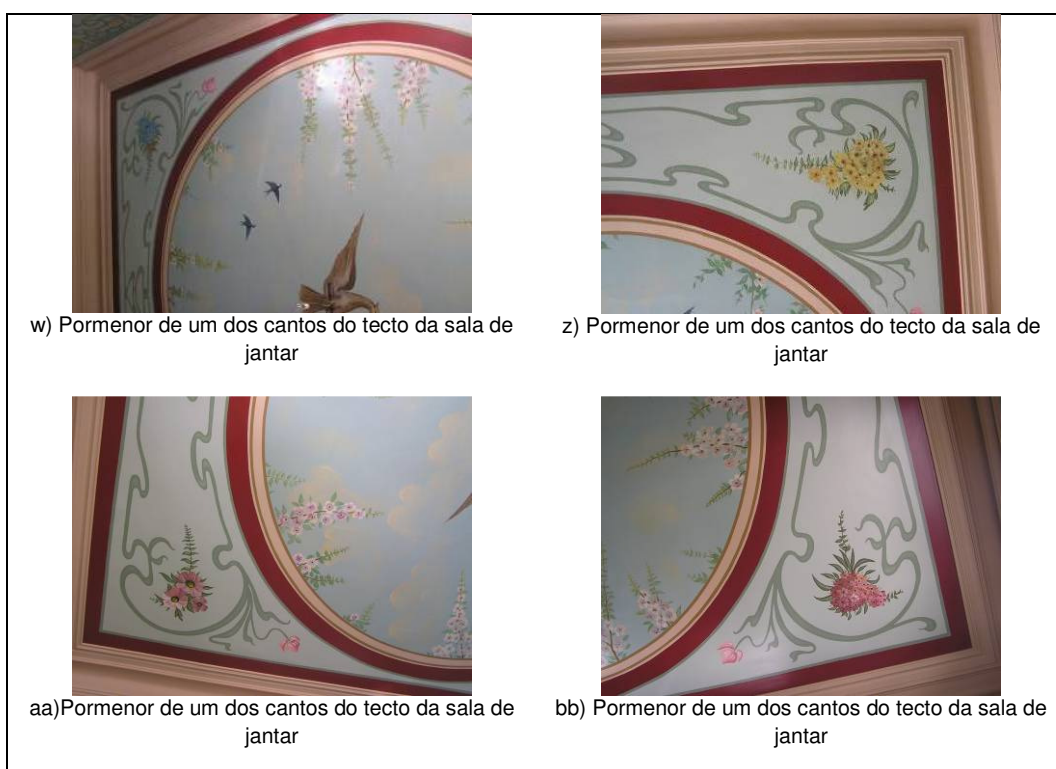


Fig. 35 - Pintura do tecto da sala de jantar

Fonte: Autora 2011



Fig. 36 - Aspectos da pintura dos tectos da Vila Francelina

Fonte: Autora 2011



Fig. 37 - Interiores da Vila Francelina

Fonte: Autora 2011



Fig. 38 - Interiores da cozinha

Fonte: Autora 2011

## 5. Património Cultural – meios e recursos para a protecção

A defesa do património cultural nas suas diversas vertentes está suportada por legislação nacional e internacional.

No século XVIII, em Portugal, através do primeiro decreto de 14 de Agosto de 1721, manda a Academia Real da História Portuguesa Eclesiástica e Secular que se conserve todos os monumentos antigos que pudessem servir para ilustrar, e rectificar a verdade da mesma História. Torna-se evidente a forte preocupação política pela conservação do património histórico, nomeadamente o edificado.

Em 1898 são criados os Serviços de Monumentos Nacionais com o objectivo da preservação e salvaguarda dos monumentos nacionais que se apresentavam em total abandono.

A partir desta data, a produção legislativa começa a produzir-se paulatinamente não só para a nomeação de técnicos, mas também para a publicação de listagem de monumentos, criação de serviços técnicos especializados de inventariação.

Em 1985 é publicada a Lei do Património Cultural (Lei 13/85 de 6 de Julho) um passo importantíssimo para a defesa e salvaguarda do património cultural português.

### 5.1. Introdução aos princípios legislativos

A Convenção para a protecção do Património Mundial, Cultural e Natural realizada a 16 de Novembro de 1972, apresenta a definição de Património Cultural como um monumento, grupo de edifícios ou lugares históricos de valor estético, que têm valor universal sob o aspecto arqueológico, científico, etnológico ou antropológico.

Dentro do conceito de património cultural faz-se a distinção entre património tangível (edificado) e intangível (costumes, hábitos, mitos tradições...). Por seu lado, património cultural são também as paisagens de importância biológica, geológica, física, habitats com espécies, animais ou plantas em vias de extinção e áreas de valor em termos científicos ou estéticos ou do ponto de vista da conservação. Do ponto de vista da conservação como todos os bens materiais e imateriais, tangíveis e intangíveis, produzidas pela sociedade são resultado de um processo histórico que pelo seu reconhecido valor, devem ser considerados de interesse relevante para a permanência



e identidade da cultura através do tempo. A sociedade contemporânea altera o conceito que inclui não só monumentos e manifestações do passado, rural, urbano autóctone ou indígena – monumentos, conjuntos, sítios, documentos, obras de arte – mas também os bens culturais de património vivo, ou seja as diferentes manifestações da cultura popular, populações ou comunidades tradicionais: costumes; tradições; artesanato; arte popular; a língua e dialectos; cantares e até as mais diversas formas de vestir. Ou seja, há uma evolução do conceito de património cultural para o de património histórico-cultural que engloba as características culturais de um povo e a sua cultura [LOURENÇO, 2008]

Património cultural engloba então as noções de Humanidade, património colectivo, herança e toda a acção do homem na tentativa de preservação e salvaguarda dos bens. A passagem do tempo é acima de tudo um factor de avaliação da acção do homem que se materializa de forma não intencional, mas tendo objectivos concretos e reais na melhoria da sua qualidade de vida terrena numa efectiva perspectiva de vida suprema, nas grandes obras e suas diversas manifestações. Ou seja, assiste-se a uma materialização da história [BALLART H. e TRESSERAS, 2005].

No mundo contemporâneo surge o conceito de gestão patrimonial. Conceito ambíguo, mas que na sua essência se traduz num conjunto de acções devidamente programadas com o objectivo de alcançar, em primeiro lugar, a conservação dos bens patrimoniais e em segundo permitir o seu usufruto de forma conveniente e adequada às exigências das sociedades contemporâneas. Se durante vários anos a tutela e defesa do património estava sob a responsabilidade estatal, presentemente e fruto da conjuntura nacional, internacional e numa esperança da preservação do património, assiste-se a políticas, programas de acção na vertente económica e sua sustentabilidade, que defendem a possibilidade de gerir o património histórico-cultural de forma integrada como solução para o incentivo da fruição, conhecimento com o objectivo de preservar e valorizar o património [BALLART H. e TRESSERAS, 2005].

A Lei 107/2001 de 8 de Setembro, que estabelece as bases da política e do regime de protecção e valorização do património cultural, apresenta o quadro jurídico do conceito de património cultural numa linha de orientação definida e protagonizada pela UNESCO. De forma genérica, num primeiro momento, a lei define os princípios de património cultural; num segundo momento, o regime de protecção dos bens, formas de classificação e, por fim a valorização dos bens.

É fundamental que se conheçam os meios e formas de protecção do património cultural, quem são as entidades intervenientes na sua preservação, na salvaguarda, na valorização e quais são as suas atribuições, competências e de que forma são exercidas.

No artigo 2º, define-se o conceito e âmbito do património cultural. Se na alínea 3 se incluem as tradicionais concepções de “interesse cultural relevante designadamente histórico, paleontológico, arqueológico, arquitectónico, linguístico, documental, artístico, científico, social, industrial ou técnico, dos bens que integram o património cultural (...)”, na alínea 4 “ Integram, igualmente, o património cultural aqueles bens imateriais que constituem parcelas estruturantes da identidade e da memória colectiva portuguesas.” Na alínea 6, apresenta-se uma evolução abrangente do património no sentido da valorização e salvaguarda dos respectivos contextos, “ integram o património cultural não só o conjunto de bens materiais e imateriais de interesse cultural relevante, mas também quando for caso disso, os respectivos contextos que, pelo seu valor de testemunho, possuam com aqueles uma relação interpretativa e informativa”.

Na alínea 3 do artigo 3º, persiste a tarefa fundamental do Estado na defesa, salvaguarda e valorização do património, ao mesmo tempo que assume a responsabilidade no “conhecimento, estudo, protecção, valorização e divulgação do património cultural constituem um dever do Estado, das Regiões Autónomas e das Autarquias Locais”, numa transversalidade da política de património cultural.

No artigo 6º. há uma materialização dessa política (inventariação, planeamento, coordenação, eficiência, inspecção, prevenção, informação, equidade e responsabilidade) conducente à valorização da protecção a par da valorização e fruição do património. Neste sentido, é fundamental que o Estado, no sentido lato, seja célere na resolução de propostas de protecção e valorização do património, correndo o risco de se perder para sempre a memória colectiva que faz a diferença entre os povos, (artigo 10º).

Ao longo do artigo 11º incute-se na população o dever da preservação, defesa e valorização do património em concordância com o acesso à fruição e enriquecimento dos valores culturais. É neste objectivo que se insere um dos objectivos da presente dissertação: a preservação, fruição e enriquecimento cultural. Se, no artº 11 estão bem definidos as finalidades da protecção do património cultural, numa responsabilidade

partilhada entre tutela e cidadão, no artigo 13º, são elencadas as componentes específicas da política do património cultural:

- Definição de orientações e estratégias para todas as áreas do património cultural;
- Definição, através de planos, programas e directrizes das prioridades de intervenção ao nível da conservação, recuperação, acrescentamento, investigação e divulgação do património cultural;
- Definição e mobilização dos recursos humanos, técnicos e financeiros necessários à consecução dos objectivos e prioridades estabelecidas;
- Definição das relações e aplicação dos instrumentos de cooperação entre os diversos níveis da Administração Pública e desta com os principais detentores de bens culturais e com as populações;
- Definição dos modelos de articulação da política do património cultural com as demais políticas sectoriais;
- Definição de modelos de aproveitamento das tecnologias da informação e comunicação.

Acresce ainda a necessária interligação entre as políticas do património cultural, ambiental, urbanismo e ordenamento do território, com especial ênfase para as questões de segurança que se colocam no âmbito da reabilitação dos Centros Históricos das zonas urbanas e dos imóveis isolados.

Jurídica e politicamente, as instituições apenas tomam medidas concretas quando há perigo iminente para a população. O quadro jurídico permite, incentiva a população a denunciar os casos, mas a maior parte das vezes a iniciativa é assumida ao nível associativo.

Presentemente, para a gestão do património cultural imóvel, ganham cada vez mais relevância as parcerias entre o Estado, as Câmaras Municipais, as Dioceses e demais detentores, num trabalho de parceria num objectivo comum e com responsabilidades partilhadas.

O cerne da preservação do património passa por fazer respeitar o património; para isso é necessário ensinar a reconhecê-lo, conservá-lo, podendo assim as Associações, parceiros, instituições organizar acções de formação, percursos guiados, exposições temporárias, seminários, ao mesmo que se estimula, como se fez referência, a criação de renovadas profissões e diminuição do furto deste património.





## 5.2. Associativismo em defesa do património

Na região de Aveiro, importa reforçar os esforços levados a cabo pelas entidades públicas e privadas no sentido da preservação do património Arte Nova que começa, agora, a inverter a situação até aqui existente.

Desde a demolição da Casa Homem Cristo, da autoria de Francisco Augusto da Silva Rocha, e a possibilidade do mesmo fim para o Edifício da Capitania de Aveiro, por meados de última década do século passado que a ADERAV – Associação para o Estudo e Defesa do Património Natural e Cultural da Região de Aveiro [15] - tem realizado uma série de actividades. Desde essa demolição que tomou um conjunto de medidas, propostas e chamadas de atenção às entidades competentes – Câmaras Municipais, IPPAR, IGESPAR agora Secretaria de Estado da Cultura, fazendo inclusive apelo às mais altas individualidades nacionais, nomeadamente: os presidentes da república Mário Soares, Jorge Sampaio e o arquitecto Siza Vieira [16]. Estes sensibilizados emitiram uma declaração que se transcreve aquando da quase imparável demolição da Capitania de Aveiro [17] : “Apoiando vivamente as iniciativas para preservação do edifício da Capitania - Uma obra de excepcional qualidade arquitectónica e do ambiente urbano de Aveiro, neste momento a sofrer atentados inaceitáveis. A obra de qualidade ímpar do arquitecto aveirense Francisco Augusto da Silva Rocha está a ser destruída numa época em que isso não é desculpável, nem pela ignorância” [18].

Desde essa data que foram inúmeros os pedidos de classificação enviados ao ex IPPAR, actual IGESPAR, que por falta de resposta atempada aos processos não foi capaz de impedir a demolição de vários edifícios, nomeadamente a Pensão Particular, em Espinho, cuja autoria é de Jaime Inácio dos Santos; a casa de Homem Cristo e quase a Casa das 4 Estações cujo interior foi demolido preservando-se apenas os painéis azulejares, apresentados neste trabalho. Mas por todo o distrito de Aveiro foram feitas muitas demolições quer por incúria, desleixo, desprezo ou mesmo por razões político estratégicas. É o caso por exemplo da demolição, no início do século XXI, de um dos imóveis de Arte Nova do Concelho de Albergaria-a-Velha, cuja Câmara permitiu a demolição.

O poder associativo poder alterar o rumo do património cultural. Assim, recentemente foi criada na freguesia da Branca a “Auranca - Associação de Defesa do Ambiente e Património da Branca”, na sequência da tentativa de construção da A32 entre Oliveira de Azeméis e Coimbra.



O troço que atravessaria o concelho de Albergaria-a-Velha, na freguesia da Branca destruiria de forma irreversível a zona central do núcleo urbano. A A32 iria rasgar uma montanha, o monte de S. Julião, uma área florestal com cerca de 5km de extensão de pinheiro, eucalipto e sobreiro, onde habitam grifos e grifos de cabeça branca. Destruiriam cerca de 3 dezenas de linhas de água e mães de água que em tempos não muito antigos regavam toda a zona plana da Branca. É de salientar que, acima de tudo, passava por cima da Estação Arqueológica de S. Julião que remonta ao período proto-histórico. Realizaram-se aqui escavações nos anos 90 e encontraram-se cerca de 1000 artefactos desde pontas de lança em sílex a material cerâmico.

Após o conhecimento da decisão de avançar com a construção da A32 na Branca, o povo reuniu-se de uma forma espontânea, natural, coesa, ordeira e ciente da sua razão de que apenas através do movimento associativo conseguiria parar o avanço da construção. Para isso elaboraram um conjunto de acções técnicas, culturais, políticas e de comunicação durante cerca de 3 anos consecutivos.

O associativismo quando bem organizado e devidamente fundamentado é sem dúvida o mecanismo que melhor consegue travar a tentativa de derrubar, anular e acabar com o património cultural, edificado, móvel, imóvel, natural, paisagístico e ambiental.

O associativismo assume então um papel de recurso e meio de salvaguarda de todo o património que é a herança da humanidade e para a humanidade.

### **5.3. Inquérito**

Foi realizado um inquérito dirigido a todas as Câmara Municipais do Distrito, no sentido de perceber a preocupação destas entidades perante a necessidade da preservação e recuperação do património edificado.

As questões foram elaboradas de forma simples e objectiva e contemplavam a inventariação que poderia passar por uma simples lista ou por um registo minucioso e o mais completo possível, da gestão do património no sentido do seu ordenamento com os planos inerentes à gestão integrada do território, passando igualmente pela indicação de recursos humanos adstritos ao património histórico-cultural e, por fim, na quantificação de imóveis classificados de Interesse Municipal no ano de 2010.

Este inquérito foi dirigido aos 19 municípios e obtivemos 12 respostas, cerca de 63%.



Conseguiu-se perceber que dos 12 municípios 8 (66%) têm um inventário ou lista com mais ou menos pormenor do património existente; os restantes (34%) afirmam que não possuem qualquer listagem. Já no que diz respeito à gestão integrada como factor de apoio à decisão política e técnica, são 9 os municípios que não possuem a interligação dos serviços. No que concerne aos planos de ordenamento e consequente salvaguarda dos bens e por força legal do Plano Director Municipal que é o orientador do regulamento das decisões, 6 municípios têm Planos de Pormenor, 3 invocam Planos de Urbanização e apenas 3 indicam Planos de Salvaguarda. Quanto à existência de recursos humanos afectos ao serviço, o resultado é repartido equitativamente. Por último, só Albergaria finalizou um processo de classificação.

Pode concluir-se assim, em correlação com os princípios legislativos nacionais e internacionais e os princípios éticos para a defesa e preservação do património cultural, que há uma forte e clara intenção dos agentes políticos para a protecção, conservação e salvaguarda do património cultural.

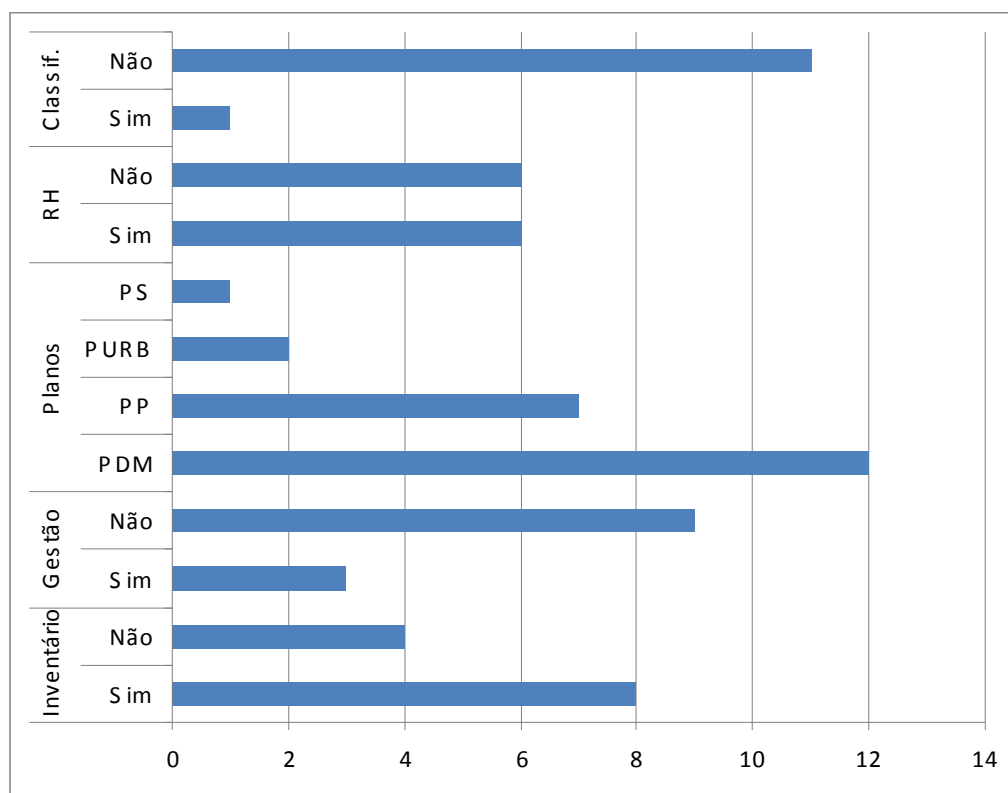


Gráfico 2 - Gráfico dos resultados do inquérito

## 6. Plano de aproximação aos proprietários

O tempo passado é a base da nossa memória colectiva. Essa memória permite sedimentar as raízes de uma terra suas gentes e é o alicerce de um capital imaterial integrado no vasto conceito de património cultural. Este só pode ser entendido, percebido, estudado e preservado se integrado em contexto paisagístico em que foi construído e vivido.

Nunca se falou tanto sobre a preservação e defesa do património, nunca tantos estiveram tão envolvidos em actividades ligadas a ele, nunca se forjaram tantos instrumentos para se lidar com a herança cultural. Pode considerar-se os séculos XX e XXI como o tempo da defesa das várias acepções do conceito de património.

Educar para a valorização da nossa cultura local e regional significa semear um conjunto de valores universais que se realizam com o tom e a cor de cada cultura educando para o espírito da defesa, salvaguarda, preservação e conservação de tudo o que rodeia a Humanidade e acima de tudo o que é vulnerável.

No entanto, só se pode defender, preservar e conservar aquilo que se conhece. O estado actual do património edificado é o resultado da acção dos vários agentes enquanto intervenientes no processo de perpetuação da memória colectiva que se materializa no património como herança. Há forçosamente uma responsabilidade colectiva. Toda a Humanidade é responsável pela defesa, conservação ou não do seu património cultural.

Os princípios éticos e morais de defesa do património cultural são conceitos fundamentais a induzir na humanidade com o objectivo da respeitabilidade e responsabilidade da nossa herança cultural.

Ao nível institucional realizam-se várias acções de âmbito nacional e internacional. Embora esporádicas dirigem-se a um público restrito, específico na sua formação e especialidade.

Ao nível local, a dinâmica é talvez mais visível e localizada por força da proximidade do poder. É aqui, fundamentalmente, que a acção institucional local segue as orientações protagonizadas na legislação quer no apoio ao associativismo quer na implementação das componentes da política do património cultural (Lei 107/2001 de 8 de Setembro).



As parcerias para a defesa do património cultural poderão assentar nas orientações de acção dos diversos intervenientes num plano(s) de aproximação aos proprietários. Directa ou indirectamente, todos são responsáveis pela herança cultural que transportamos de um passado, aquela que podemos preservar e a mesma que deveremos transmitir aos vindouros.

Só com a participação das populações, enquanto experiência ou demonstração de consciencialização cívica, se pode defender todo o legado cultural e a sua correcta utilização [MENERES, 1987]. O património desempenha assim um papel importantíssimo ao nível do exercício da cidadania [CARVALHO, 2003].

Por outro lado, a acção de uma política cultural responsabilizando amplamente todos os sectores da humanidade vincula toda a acção de defesa e preservação do património.

Certo é que a maior parte das vezes, os agentes nem sempre têm a noção do grau de intervenção que estão a realizar. Por exemplo, ao intervir na recuperação de um muro de vedação ou fachada de um imóvel, é fundamental criar propostas de acção ou linhas orientadoras quer para o conhecimento do património construído quer para a defesa e sua divulgação. Ou seja, era benéfica uma acção multidisciplinar na avaliação do grau de intervenção. Em determinados casos específicos, outro: na recuperação de imóvel integrado numa nova construção, poderia competir aos técnicos especializados, afectos a cargos institucionais apresentar, fomentar uma atitude preventiva de defesa do património cultural, usar as ferramentas tecnológicas ao seu alcance (se as existir) e demonstrar ao proprietário o valor cultural, histórico, patrimonial do imóvel que pretende ou não alterar.

Assim, numa atitude de parceria os agentes institucionais devem:

- Convencer todos os agentes de que a herança cultural pode ser um factor de qualidade de vida;
- Demonstrar a cultura como estratégia de desenvolvimento sustentável integrada no espaço e vivência quotidiana;
- Fomentar no público escolar, desde muito cedo, a noção de protecção do património cultural, ambiental e paisagístico;
- Fomentar de forma integrada outros recursos culturais complementares que potenciem e valorizem o património;



- Capacitar os futuros munícipes para a leitura dos processos culturais para assim melhor compreender a identidade cultural e se apropriarem de valores do património imaterial e material.

A partir da acção preventiva se for integrada numa complementaridade de saberes e esforços privados e públicos admite-se um desenvolvimento sustentável do património cultural, que compreenda a missão de custódia e salvaguarda. Toda a acção deve ser direccionada para a atracção de visitantes, mantendo a integridade do imóvel e a sua sustentabilidade numa transversalidade.

A activação do património deve ser olhada numa perspectiva horizontal, integrada, multisectorial e pluridisciplinar. Daí que se revele crucial a participação e existência de uma estratégia concertada entre os diversos actores locais, populações, autarquias, associações de desenvolvimento local/rural, entre outros.

No sentido de uma concertação de esforços, rentabilidade e eficácia dos resultados (a longo prazo) é crucial a identificação dos públicos que se pretendem atingir: público escolar, adulto, especializado, idade maior.

Com o objectivo da transmissão do conhecimento, noções patrimoniais e valores, para cada faixa de público oferece-se um conjunto de acções gradativas mediante o objectivo e de forma orientada. É ainda importante disponibilizar informação para um público mais exigente.

Numa parceria de esforços institucionais e num plano individualizado, por exemplo, com a criação da Rota da Arte Nova, que é a prova da convergência de diversas vontades políticas, locais, regionais e intermunicipais, a iniciativa constituiu o sucesso de uma experiência de desenvolvimento completo. O sucesso desta iniciativa poderá ser alargado a outras entidades interessadas que apresentem condições para aderir e que possam ser exequíveis.

Propõe-se assim o alargamento da Rota da Arte Nova numa perspectiva de desenvolvimento sustentável do Turismo numa complementaridade de implementação de oferta de outros produtos atraentes ao turista.

Propõem-se ainda um conjunto de iniciativas que envolverão os agentes locais numa perspectiva de sucesso, desenvolvimento sustentável e global e atitude pro-activa:



- Apoiar e incentivar medidas de iniciativa privada para o restauro e valorização do património cultural imóvel, através do associativismo e mecenato;
- Agilizar a gestão integrada de informação e cooperação entre os diversos sectores – Estado, Autarquia e restantes agentes.

### **6.1. Educação patrimonial**

Educação patrimonial pode ser entendida como premissa dirigida a toda a população, sem excepção, no sentido do enriquecimento das noções básicas para a defesa do património cultural. Pode assentar em diversos programas e espaços culturais e educacionais que cumprem a função numa política patrimonial educativa, num re)conhecimento da história local e regional.

A acção de uma educação patrimonial é despenhada nos mais diversos locais, formas e suportes, assim apresentam-se algumas sugestões:

- Museus, Arquivos e Património – relação de espaços num ambiente aberto na procura do património em espaços convencionais ou não;
- Novas Tecnologias na Educação Patrimonial – recurso às novas tecnologias para a divulgação de várias acções e programas;
- Políticas para a Educação Patrimonial – apresentação e/ou criação de estratégias nacionais/globais/locais para a divulgação do património a incluir por exemplo nos programas curriculares;
- Experiência de Educação Patrimonial – a troca de experiências no âmbito da temática do património no sentido da melhoria de objectivos a atingir;
- Turismo e Educação Patrimonial – fomentar no turista a relação coma educação ambiental, temáticas ambientais e herbário local numa vasta oferta actividades de enriquecimento cultural.

A par destas propostas gerais, pode apontar-se outras sugestões a aplicar ao nível local ou regional:

- Elaboração de Dominó com imagens de Arte Nova;
- Elaboração de Dominó com imagens de características de Casa Portuguesa; Arte Déco;
- Elaboração do Jogo da Glória com imagens do património Arte Nova do distrito de Aveiro;
- Elaboração do concurso as 7 Maravilhas da minha freguesia.



## 6.2. Considerações sobre o património construído na região de Aveiro

No âmbito deste estudo, elaborou-se um levantamento do património construído no sentido de observar o estado actual, funções e perceber quais os elementos dissonantes apresentados nas fachadas do património construído para os 13 concelhos.

No levantamento realizado a esses concelhos do distrito de Aveiro e para o período em causa detectaram-se 160 imóveis dignos de destaque e alguns merecem uma atenção não só dos proprietários mas também das entidades, agentes locais, regionais e nacionais.

Deste conjunto, 107 são imóveis cuja função inicial ainda se mantém, ou seja, a habitação, e 20 foram recuperados para outras funções com excepção do Hospital da Misericórdia de Aveiro. Contudo, 20 exemplos apresentam a dualidade funcional: habitação e comércio. Deste vasto e rico património construído, existe na região de Aveiro 8 palacetes que assim se identificaram devido à proporcionalidade, volumetria e riqueza exterior.

Quanto à sua caracterização: 119 são assumidamente imóveis com aparências de habitabilidade, permanecem 17 que necessitam de recuperação, 11 estão devolutos e em ruína e 4 necessitam de recuperação.

Quanto aos materiais aplicados nas diversas formas de recuperação do património construído, as dissonâncias não são claramente fortes. Dos 160 imóveis detectados, 82 não apresentam qualquer elemento dissonante nas fachadas, ou seja, as intervenções realizadas não contemplam qualquer elemento considerado dissonante (alumínio, alterações profundas, intervenções, cablagem e estores) Por sua vez 27 apresentam muitos elementos dissonantes e 49 apenas obras de recuperação em janelas, portas, que se traduzem em obras de manutenção do edifício.

Numa análise conclusiva pode afirmar-se que o estado de degradação do património construído da região de Aveiro não é tão alarmante como inicialmente se previa.

Importa agora fomentar, dinamizar e divulgar o plano estratégico de aproximação aos proprietários a par da educação patrimonial e implementar diversas acções no terreno no sentido de preservar, proteger, conservar e divulgar o património construído para o período de presente trabalho.





ARQUITECTURAS MARCANTES DA REGIÃO DE AVEIRO NA VIRAGEM DO SÉCULO  
**Que Futuro para o Património Construído da Região de Aveiro 1900 – 1940?**

6. Educação Patrimonial participativa

		Identificação do Edifício								
		Hab.	Pal.	Inst.	Hab./Com.	Pal. Hab.	Elem.	Mon.	Com.	TOTAL
Concelho	Águeda	3		2	3					8
	Albergaria	7		1	1		1			10
	Anadia	2	2	2						6
	Aveiro	20		10	4			4	6	44
	Espinho	26	1	3	7					26
	Estarreja	7	4	1	2					15
	Ílhavo	20		2	1					23
	Mealhada	1							2	3
	Murtosa	2	1							3
	Oliveira de Azeméis	2						1		3
	Ovar	15			2	1				17
	Vagos	1								1
	Vale de Cambra	1								1
TOTAL		107	8	21	20	1	1	5	8	160

Legenda: Habitação; Palacete; Instituição; Habitação/comércio; Palacete/habitação; Elemento; Monumento; Comércio

Tabela 11 - Mapa de identificação dos imóveis referentes ao levantamento

		Estado Actual					Gradação Negativa			
		Hab.	Dev.	Nec. Rec.	Em Recup.	Ruína	Dev. 1º Piso	Muito	Pouco	Nenhum
Concelho	Águeda	6	1		1				5	3
	Albergaria	8		1				1	1	8
	Anadia	6							2	4
	Aveiro	34	3	6				10	12	22
	Espinho	19	2	1	3	1	4	8	9	7
	Estarreja	12		3				2	5	8
	Ílhavo	17		4		2		1	8	14
	Mealhada	3							3	
	Murtosa	2		1				1		2
	Oliveira de Azeméis	2							1	2
	Ovar	14	2	1				4	2	11
	Vagos	1							1	
	Vale de Cambra	1								1
TOTAL		119	8	17	4	3	4	27	49	82

Legenda: Habitado; Devoluto; Necessita de Recuperação; Em Recuperação; Ruína; Devoluto 1 piso; Muito: duas ou mais alterações (caixilharia, alumínio, intervenção)  
 Pouco: uma alteração (caixilhos de alumínio)  
 Nenhum: sem intervenções ou alterações

Tabela 12 - Mapa da caracterização do património edificado



## 7. Conclusão

### 7.1. Síntese geral

Como ponto de partida para a elaboração desta dissertação estabeleceram-se os seguintes objectivos:

- Perceber como a corrente Arte Nova na região de Aveiro, sua implementação, características, e análise do estado de conservação do património construído se constituiu com base inicial do trabalho;
- Analisar os recursos comuns existentes e perceptíveis no património construído para o tema, expondo suas características e funcionalidades, ao mesmo tempo, que se identificam os principais núcleos Arte Nova da região de Aveiro;
- Apresentar um modelo concreto de recuperação de um imóvel de Arte Nova, Vila Francelina, cuja inserção em ambiente rural, sustentabilidade cultural é exemplo a integrar na Rota de Arte Nova de Aveiro bem como a possibilidade deste ser da autoria de Korrodi;
- Demonstração dos recursos legislativos de apoio à classificação e valorização do património cultural construído tendo em conta as orientações legais para a sua protecção e posição concreta do poder local em relação à protecção do património construído;
- Apresentar propostas a adoptar junto dos proprietários como medida de preservação do património, numa perspectiva de educação patrimonial, tendo em conta os resultados da análise do estado de conservação do património construído, da época e espaço analisados.

De uma forma, geral todos os objectivos propostos foram atingidos. Salienta-se pela positiva, a possibilidade de se obter uma visão global e genérica do estado de conservação actual do património construído. Esse resultado foi obtido pelo levantamento fotográfico que permitiu datar, na data presente, o estado do património para o futuro. As fichas elaboradas permitem perceber os materiais usados e suas dissonâncias bem como detectar, num plano, geral a forma metodológica da adopção de características estilísticas criadas por arquitectos consagrados da região de Aveiro e verificar se a mesma forma foi adoptada noutros edifícios cuja autoria não se encontrou.



A integração do caso de estudo da Vila Francelina complementa o trabalho no sentido da compreensão e da noção de património cultural inserido no ambiente em que foi construído e transformado em Turismo de Habitação Rural. De uma forma simples e coerente (sem alterar os conceitos pré concebidos), os contactos com o proprietário conduziram à pesquisa ainda em curso e autoria do projecto. Também permitiu perceber a vertente histórica das pinturas interiores para um estudo posterior e também em curso.

A possibilidade de demonstrar que o associativismo pode alterar, atempadamente ou não, as decisões sobre o património é um dos aspectos positivos demonstrados, onde também foi apresentada a intenção política sobre o assunto.

Relativamente aos aspectos menos positivos, salienta-se o facto de ter restringido o espaço geográfico da análise por falta de tempo.

## **7.2. Conclusões principais**

Tendo em conta o principal objectivo da dissertação pode-se tirar as seguintes ilações:

Os recursos da corrente Arte Nova basearam-se essencialmente nos materiais autóctones, como a azulejaria, ferro forjado (com funções técnicas) e o uso de cantaria de maior ou menor dificuldade de lavrado.

O presente estado de conservação do património construído, na viragem do século na região de Aveiro, sofreu algumas alterações e abandono. Quanto ao primeiro, salientam-se pequenas alterações como a demolição de interiores restando apenas as fachadas ou uma a fachada principal e substituição de materiais; quanto ao abandono, são ainda alguns, bons, exemplares que se encontram abandonados.

Conclui-se que, de um modo geral o património aveirense não está em total desleixo e abandono. Tomaram-se medidas de alerta que surtiram efeito, nomeadamente com a criação da Rota da Arte Nova e Museu Arte Nova, percursos pedonais e (re)conhecimento através das novas tecnologias. Por outro lado, as entidades permitem ainda intervenções de alteração do original desvirtuando a realidade.

Apesar de haver uma política superficial de aproximação aos proprietários, neste âmbito, pode afirmar-se que ela existe ao nível nacional de forma muito esporádica. A nível local, onde a força do poder depende da acção dos agentes culturais que podem



ser também os proprietários é mais vincada. Há notoriamente uma preocupação maior em mostrar o património cultural como atracção turística, talvez, nem sempre da forma mais pertinente.

### **7.3. Aspectos a desenvolver e trabalhos futuros**

Concluída a presente dissertação importa apresentar algumas sugestões que possam melhorar o trabalho aqui desenvolvido. Considera-se o seguinte:

- Alargar o tema não só à corrente Arte Nova mas a outras contemporâneas;
- Intensificar a acção das políticas de defesa do património num plano local nacional e internacional;
- Tendo por base o levantamento existente, num futuro próximo, monitorizar um novo levantamento e analisar em termos quantitativos as demolições, alterações de fachada e os recursos da Arte Nova de Aveiro;
- Fomentar o intercâmbio de ideias entre as várias instituições patrimoniais e com as entidades autárquicas com a finalidade de estabelecer metas institucionais para a melhor conservação, restauro e preservação deste património material;
- Apostar e fomentar a estimulação nas camadas mais jovens, políticas relacionadas com educação patrimonial tendo por base o conceito de desenvolvimento sustentável para a harmonização e racionalização do património edificado;
- Reabilitação de espaços urbanos bem como alçados principais de edifícios que revelem autenticidade no seu valor edificado;
- Sensibilizar a população, em geral, para a importância deste estilo arquitectónico como uma mais valia para a projecção do distrito de Aveiro.

## 8. Fontes e Bibliografia

### 8.1. Fontes manuscritas

- Actas da Câmara Municipal de Albergaria – a – Velha, de 1900 a 1915

### 8.2. Obras de consulta

- A presença do estuque em Portugal: do neolítico à época contemporânea – Estudos para uma base de dados - 1º Seminário Internacional, Centro Cultural de Cascais, 2007.
- ANACLETO, Regina: Arquitectura neo-medieval portuguesa: 1780-1924, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian e Junta d Nacional de Investigação Científica e Tecnológica, 1997.
- ARAÚJO, Maria-Augusto: Patrimónios Boletim da ADERAV – Associação de Defesa do Património Natural e Cultural da Região de Aveiro; Nº 3 Setembro de 2003, ano XXXIV, II Série: Os prodígios da arte da ferraria no aro de Espinho.
- Art Nouveau European Route: Barcelona, Institut del Paisatge Urbá I la Qualitat de Vida, 2007.
- Aveiro cidade: Arte Nova: guia: coord. Jaime Borges, Edição 2ª ed. Publicação/Produção Aveiro: Câmara Municipal de Aveiro, 1999.
- Aveiro – Cidade Arte Nova, Câmara Municipal de Aveiro, 2005.
- BALLART HERNÁNDEZ, Josep; TRESSERRAS, Jordi Juan I: Gestión del patrimonio cultural, Barcelona, Ariel, 2ª ed.; [2005].
- CALAF MASACHS, Roser; FONTAL MERILLAS, Olaia: Comunicación educativa del patrimonio: referentes, modelos y ejemplos, s/l, Ediciones Trea; [2004].
- CAMPILLO GARRIGÓS, Rosa: La gestión y el gestor del patrimonio cultural, s/l, Editorial KR; [1998].
- CANINAS, João Carlos: Um futuro comum para o Património Natural e o Património Cultural, Fórum Ambiente, 11, Lisboa, 1995.
- CANINAS, João Carlos & Paulo LEMOS: O papel das Organizações Não-Governamentais de Defesa do Ambiente, Colecção Ambiente – Estado do Planeta: 2 (Ameaças à Diversidade Genética e Conservação da Natureza), GEOTA, Lisboa; 1990.
- CARVALHO, P: Património cultural e iniciativas de desenvolvimento local no espaço rural, In: Lucília Caetano (Ed). Território, do global ao local e



- trajectórias de desenvolvimento, Centro de Estudos Geográficos. Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Coimbra, 199-227; 2003.
- CHAMPIGNEULLE B.: A arte nova; [Lisboa]: Editorial Verbo, 1973.
  - COSTA, Lucília Verdelho da: Ernesto Korrodi 1889-1944 arquitectura, ensino e restauro do património; Editorial Estampa, 1997.
  - CRANFIELD, Ingird: Art Deco House Style – an architectural and interior design source book; David & Charles Brunel House, 2001.
  - CRIPPA, Maria Antonietta: Antoni Gaudí 1852-1926 – Da natureza à Arquitectura; Taschen Público; 2004.
  - DIAS, Mário Sarabando: O Mistério da casa Major Pessoa; Câmara Municipal de AVEIRO, 2006.
  - FERNANDES, José Manuel: Lisboa arquitectura e património; Livros Horizonte; 1989.
  - FERNANDES, José Manuel: Português Suave – Arquitectura do Estado Novo, IPPAR, 2003.
  - FERNANDES, José Manuel: A arquitectura; Comissariado para a Europália 91 – Portugal; Imprensa Nacional, Casa da Moeda; 1991.
  - FERNANDES, Jaime Caldeira; Barrô ao longo dos tempos; Ed. ABARCA; Águeda; 2004.
  - FERNANDES, Maria João: Arquitectura Arte Nova em Portugal. Um Século de Património em Perigo, Aveiro, Actas do Encontro de Aveiro – Cidade Arte Nova [6,7,e 8 de Maio], Boletim Municipal de Cultura, nº 33, Câmara Municipal de Aveiro, pp. 67-74.
  - FERNANDES, Maria João: Francisco da Silva Rocha (1864-1957): arquitectura Arte Nova: uma Primavera eterna; Prof. Álvaro Siza Vieira. Publicação/Produção Aveiro: Câmara Municipal, Pelouro dos Assuntos Culturais, D.L. 2008.
  - FERREIRA, Jorge A.B.: Direito do Património Histórico-Cultural Cartas, Convenções e Recomendações Internacionais – Actos Comunitários; Coimbra, CEFA, 1998.
  - FIELL, Charlotte, FIELL, Peter: 1900's/1910's. Decorative Art, a source book, s/l, Taschen, 2000.
  - FRANÇA, José Augusto: História da Arte em Portugal. O Pombalismo e o Romantismo, Lisboa, Editorial Presença, 2004.
  - GALHANO, Fernando; OLIVEIRA, Ernesto Veiga de: Casas da zona central do litoral português; Trabalhos de Antropologia e Etnologia, XV111, 3-4, Porto 1961 / 62, 229-255.



- GOMES, Marques, - O Distrito de Aveiro, Notícia Geographica, Estatística, Chorographica, Heráldica, Archeologica, Histórica e Biographica da Cidade de Aveiro e de Todas as Villas e Freguezias do seu Distrito, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1877.
- Guillaume, M. (2003): A política do património, Campo das Letras, Porto, 2003.
- Hardy William; trad. de Iolanda González Saló,: Guia de Arte Nova; Publicação/Produção Lisboa: Estampa, 1996.
- JANSON, H.W.,: História da Arte; Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian; 4ª ed; 1989.
- LINO, Raul,: Casas portuguesas: Alguns apontamentos sobre o architectar das casas simples; Lisboa: Cotovia; 1992.
- Los Orígenes de L´Art Nouveau: El Império de Bing – Amestredão e Paris, Van Gogh Museum, Musée des Arts décoratifs e Mercatorfonds, 2004.
- LIVRO DAS COMUNICAÇÕES DO 1º ENCONTRO INTERNACIONAL DE ARTE NOVA "Arte Nova - porta para o futuro" / Câmara Municipal de Aveiro [ed. lit.]. Publicação/Produção Aveiro: Câmara Municipal, 2007.
- LOURENÇO, Andreia Vale: Aveiro Arte Nova: estratégia concertada de desenvolvimento museológico e turístico-cultural – Publicação/Produção Coimbra: [s.n.], 2008.
- MARTINS, Ana Tavares e CORREIA, Mariana: Arquitectura Militar em Terra no Norte de Portugal in Actas do 5º ATP – 5º Seminário “Arquitectura de Terra em Portugal”; UA – Universidade de Aveiro; ESG – Escola Superior Gallaecia; FCO – Fundação Convento de Orada; Cdt – Associação Centro da Terra; Ed. Argumentum; 2007.
- MARTINS, Fernando: Gafanha da Nazaré – 100 anos de vida; Ed. Paróquia da Gafanha da Nazaré; 2010.
- MENÉRES, A.: Património: bem conhecer para bem defender, Separata do boletim da Biblioteca Pública Municipal de Matosinhos, n.º 31; 1987.
- MOUTINHO, Mário C: A Arquitectura Popular Portuguesa, Ed. Estampa, Lisboa, 1979.
- NEVES, Amaro; SEMEDO, Énio; ARROTEIA, Jorge,: Aveiro do Vouga o Buçaco; Novos Guias de Portugal; Ed. Presença; Lisboa, 1989.
- NEVES, Amaro: A Arte Nova em Aveiro e seu Distrito; Ed. Câmara Municipal de Aveiro; 1997.
- NEVES, Amaro: Da Arte Nova em Aveiro: o porquê da diversidade do "estilo"; Publicação/Produção Aveiro : Fedrave, 1997.



- GALHANO, Fernando; OLIVEIRA, Ernesto Veiga de,: Casas da zona central do litoral português; Trabalhos de Antropologia e Etnologia, XV111, 3-4, Porto 1961 / 62.
- GALHARDO, Manuela: As Convenções da UNESCO no domínio do património cultural, Direito do Património Cultural, Instituto Nacional de Administração, s/l, 1996, pp. 95-110.
- GONÇALVES, A. Nogueira: Inventário Artístico de Portugal: Distrito de Aveiro Zona – Sul, Lisboa, 1959.
- GONÇALVES, A. Nogueira: Inventário Artístico de Portugal: Distrito de Aveiro Zona – Norte, Lisboa, 1959.
- OLIVEIRA, Genoveva: Um projecto de defesa de Património, Rota de Arquitectura Korrodi na cidade de Leiria – Livro das comunicações do I Encontro Internacional de Arte Nova “ Arte Nova – porta para o futuro”; CMA, Aveiro, 2006.
- OLIVEIRA, Nélia Maria Martins de Almeida,: Auranca e a Vila da Branca: Perspectivas; Ed. Câmara Municipal de Albergaria-a-Velha; 1997.
- Oliveira de Azeméis: Imagens com História: Edição Câmara Municipal de Oliveira de Azeméis, 2002.
- PEREIRA, Paulo (coord.): Intervenções no Património 1995-2000: Nova Política; Ministério da Cultura e IPPAR.
- PEREIRA, Paulo – História da Arte Portuguesa, Vol. 3; Temas e Debates; 1995.
- RODRIGUES, Manuel Ferreira: A indústria cerâmica em Aveiro (Final do Séc. XIX – Início do Séc. XX), Revista Portuguesa de História Tomo XXV, Coimbra, 1990, pp. 161-201.
- RODRIGUES, Manuel Ferreira: Os industriais de cerâmica: Aveiro, 1882-1923, Análise Social (Revista), Lisboa, 1996.
- RODRIGUES, Manuel Ferreira e GRAÇA, Óscar: Pistas para a compreensão das manifestações Arte Nova em Aveiro: cenografia, modernidade e tradição, Boletim Municipal Cultural, nº 33, Aveiro, 2001, [Actas do Encontro de Aveiro – Cidade Arte Nova 6,7 e 8 de Maio].
- Rota da Arte Nova: Aveiro – Portugal; [ed. Lit.] Região de Turismo Rota da Luz; fot. Sérgio Cabaço, [et al.]. Publicação/Produção Aveiro: Região de Turismo Rota da Luz, [D.L. 2008].
- SAMPAIO, Jorge Pereira de; BOTELHO, Cândida de Arruda; fot. Jorge Santos, Emanuel Santos de Almeida; Prof. Roberto Machado Carvalho: Casas portuguesas e brasileiras: Duas visões, dois testemunhos; Lisboa: Inapa, 2000.





- SARRICO, Patrícia, Percurso do azulejo de fachada de Aveiro: Dinâmicas para a sua salvaguarda; Dissertação de Mestrado em Museologia e Património Cultural apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2009.
- FERNANDES, M.: As casas dos Brasileiros na Beira Litoral Portuguesa, Terra em Seminário 2007 – V Seminário Arquitectura de terra em Portugal: Terra Brasil 2006 – I Seminário Arquitectura e construção com terra no Brasil; IV Seminário Arquitectura de Terra em Portugal, Lisboa: Argumentum, pp. 238-241.
- VELOSO, A. J. Barros e ALMASQUÉ, Isabel: O azulejo Português e a Arte Nova, Lisboa, 2000.

### **8.3. Publicações periódicas**

- Correio de Albergaria 1904-1908
- Boletim da ADERAV – Associação de Defesa do Património Natural e Cultural da Região de Aveiro; Nº 8, Dez 1982, Fev. 1983
- Boletim da ADERAV – Associação de Defesa do Património Natural e Cultural da Região de Aveiro; Nº 11, Maio 1984, Fev. 1983
- Patrimónios - Boletim da ADERAV – Associação de Defesa do Património Natural e Cultural da Região de Aveiro; Nº 1, (ANO XXII-II SÉRIE) Abril 2001

### **8.4. Diplomas**

- Alvará Régio de 14 de Agosto de 1721
- Decreto do Ministério das Obras Publicas Comercio e Industria, de 9 de Dezembro de 1898
- Lei 13/1985 de 6 de Julho
- Lei nº 107/2001 de 8 de Setembro
- DL nº 309/2009 de 23 de Outubro
- Lei nº 19/2000 de 10 de Agosto
- Convenção para a Protecção do Património Mundial, Cultural e Natural, de 16 de Novembro de 1972.
- Declaração De Xi'An Sobre A Conservação do Entorno Edificado, Sítios e Áreas do Património Cultural, Adoptada em Xi'an, China, 21 de Outubro de 2005; trad. em Língua Portuguesa: ICOMOS/BRASIL – Março 2006.



### 8.5. Websites

- <http://icomos.org.br> de 20 de Agosto de 2011
- <http://www.lisboapatrimoniocultural.pt/artepublica/azulejaria/autores/Paginas/Jorge-Cola%C3%A7o.aspx> de 10 de Julho de 2011
- <http://www.aderav.com/home/>
- <http://194.65.130.238/media/uploads/cc/cartadecracovia2000.pdf>

### 8.6. Notas

[1] O próprio termo «Arte Nova» tem origem na loja parisiense com o mesmo nome, propriedade de um emigrante alemão, Samuel Bing. Este negociara durante dez anos em arte japonesa, quando, em 1895, reabriu o estabelecimento como La Maison de l'Art Nouveau e começou a exhibir o trabalho de designers contemporâneos, bem como de pintores e escultores. Este misto de galeria, loja e salão de exposições tornou-se base parisiense do novo estilo, o que encorajou Bing a encomendar trabalhos para loja e a promover os seus artistas e artesãos no estrangeiro. A sua reputação como empresário da Arte nova foi suficiente para que lhe atribuissem um pavilhão inteiro para os seus próprios designers na Exposição Universal de Paris de 1900.

[2] Ver Gaudí, Maria Antonieta Crippa, Taschen Público, v. 37, 2003.

[3] Ver também “Ernesto Korrodi 1889-1914: arquitectura, ensino e restauro do património” de Lucília Verdelho da Costa, Editorial Estampa, 1997.

[4] Fernandes, M<sup>a</sup> “As casa dos brasileiros na Beira Litoral Português”, in Terra em Seminário 2007, V Seminário Arquitectura de Terra em Portugal”, p. 239.

[5] Informação fornecida pela CMA.

[6] <http://cmleiria.wiremeze.com>

[7] Neves, Amaro; Semedo, Énio; Arroteia, Semedo; Aveiro do Vouga ao Buçaco: Novos Guias de Portugal; Presença; 1989; pág. 120;

[8] <http://aveirana.doc.ua.pt/fsrjis.htm>, Ainda está por elaborar uma monografia deste projectista da Arte Nova de Aveiro.

[9] À casa Museu Egas Moniz , classificada como IIP- Imóvel de Interesse Público, pela Portaria 577/2011 foi atribuída a ZEP (Zona Especial de Protecção).



[10] <http://www.lisboapatrimoniocultural.pt/artepublica/azulejaria/autores/Paginas/Jorge-Cola%C3%A7o.aspx>

[11] Ver Arquitectura Arte Nova uma Primavera Eterna: Francisco da Silva Rocha (1864-1957) de Maria João Fernandes, Aveiro, 2008.

[12] Carta de Cracóvia 2000, Princípios para a Conservação e o Restauro do Património Construído.

[13] Joaquim Nunes Sequeira nasceu em Frossos, Albergaria-a-Velha a 14 de Janeiro de 1878, casou com Alda Adelina Sequeira de Almada, do qual nasceu uma filha de nome Francelina que faleceu na praia da Torreira em data incerta. Muda-se para Leiria e casa com D<sup>a</sup> Alda de Leiria e do qual nascem duas filhas. Em Leiria fez fortuna no ramo da panificação e torna-se amigo de Ernesto Korrodi. Aqui manda construir a sua casa situada na R. Mouzinho de Albuquerque, sob a orientação de Korrodi. Indivíduo muito culto e ávido em conhecimento pertenceu à Maçonaria e foi fundador da Loja Gomes Freire, em Leiria. No percurso maçónico em 1907 atingiu o Grau 3 e a 20 de Janeiro de 1916 atinge o Grau 23 (o máximo é 34) e em 1917 entrega o atestado de quite. Terá falecido no ano de 1921 e está sepultado no jazigo de família no cemitério de Frossos. (Informação recolhida através de familiares de JNS residentes em Leiria.).

[14] A atribuição do nome Francelina prende-se com a homenagem que o pai quis fazer à sua primogénita.

[15] <http://www.aderav.com/home/>

[16] Detentor do prémio Pritzker entre muitos outros

[17] Esta obra é emblemática para a História do concelho de Aveiro e todo património molinológico do distrito. Este edifício era constituído por vários moinhos de maré.

[18] FERNANDES, M<sup>a</sup> João; “ A Odisseia do Património Arte Nova na região de Aveiro”, in Revista Patrimónios, Associação para o Estudo e Defesa do Património Natural e Cultural da Região de Aveiro; ano XXII II Série, N<sup>o</sup>1 Abril, 2001.

